

As Terras Que Tomaram

*Uma história do extermínio e da resistência dos povos
indígenas nas Américas*

JVA

2026

Nota ao leitor

Esta obra acompanha a ocupação das Américas do fim do século XV ao presente. Reúne episódios das regiões hoje chamadas América Latina, Estados Unidos e Canadá, sem tratar povos diferentes como uma única sociedade e sem transformar estimativas de mortes por epidemias em contagens de assassinatos diretos.

Seu tema é a ligação entre apropriação de terra, trabalho e recursos e a perda de vidas indígenas. Nem todos os responsáveis foram ricos; nem toda morte decorreu de um plano deliberado de matar. Governos, mercados, religiões e instituições escolares participaram de maneiras distintas. Cada capítulo identifica limites das fontes e permite ao leitor seguir as referências.

Sobrevivência e organização política indígena são parte central da narrativa. Nenhuma comunidade é retratada como simples vítima à espera da chegada de uma nação moderna.

Sumário

PARTE I A CONQUISTA DAS TERRAS

- Capítulo 1 Antes da terra vazia · 4
- Capítulo 2 Ilhas e tributos · 13
- Capítulo 3 México e mundos maias · 22
- Capítulo 4 O trabalho que alimentou o império · 31
- Capítulo 5 Repúblicas e a expansão do sul · 39
- Capítulo 6 Deportação borracha e Amazônia · 47
- Capítulo 7 O Brasil das obras e remoções · 56
- Capítulo 8 Guatemala Colômbia e crises atuais · 64

PARTE II ESTADOS UNIDOS E CANADÁ

- Capítulo 9 Nações antes das fronteiras · 75
- Capítulo 10 Tratados e colonização atlântica · 84
- Capítulo 11 Guerra missões e remoção · 92
- Capítulo 12 A conquista militar do século XIX · 101
- Capítulo 13 Búfalos ouro e Wounded Knee · 109
- Capítulo 14 Reservas escolas e tratados canadenses · 117
- Capítulo 15 Resistência Métis e escolas residenciais · 126
- Capítulo 16 Norte e repartição das terras · 134
- Capítulo 17 Cerimônias crianças e conservação · 142
- Capítulo 18 Mortos desaparecidos e água · 150

PARTE III MEMÓRIA E REPARAÇÃO

- Capítulo 19 Mulheres crianças e o Gran Chaco · 160
- Capítulo 20 Arquivo território e testemunho · 168
- Capítulo 21 Números futuro e reparação · 177
- Racismo e lucro no mesmo sistema · 185
- Epílogo · 190
- Referências e leitura crítica · 194

PARTE I A CONQUISTA DAS TERRAS

Capítulo 1 Antes da terra vazia

Antes de chamarem a terra de vazia

A história do extermínio começa antes da primeira espada. Começa com uma mentira sobre o lugar onde a espada pisaria. A América foi apresentada muitas vezes como extensão desabitada, selva sem dono ou território à espera de uma finalidade. Havia povos, cidades, caminhos, lavouras, alianças, conflitos, comércio e memória. Ninguém precisava chegar da Europa para inaugurar a história. Os recém-chegados encontraram sociedades que já transformavam os ambientes em que viviam e disputavam seu futuro em seus próprios termos.

As diferenças entre essas sociedades importam. Não existia “o indígena” como uma pessoa única, de língua única e costumes imutáveis. Havia comunidades caribenhas submetidas às primeiras experiências coloniais, sociedades mesoamericanas ligadas por tributo e rivalidades, populações andinas com estruturas imperiais e centenas de povos das terras baixas. Reduzir todos a uma massa silenciosa facilita repetir o apagamento que o livro quer denunciar. Os colonizadores também agiram de maneiras diversas. Reis, comerciantes, missionários, soldados, proprietários e funcionários públicos nem sempre concordavam

entre si; isso não impediu que suas decisões convergissem na ocupação da terra e do trabalho alheio.

O que hoje chamamos América Latina é uma categoria posterior à invasão. Serve aqui para delimitar principalmente as regiões colonizadas por Espanha e Portugal e seus Estados sucessores. Quando um estudo reúne dados de todas as Américas, incluindo o Norte, essa diferença será indicada. É decisiva para evitar que um número enorme produza uma afirmação falsa. O próprio passado já é grave o suficiente sem que se precise ampliá-lo por descuido.

A violência também não foi um único acontecimento encerrado no século XVI. Ela mudou de uniforme e de linguagem. A conquista abriu o caminho; as economias coloniais exigiram braços e terras; as repúblicas independentes expandiram fronteiras sobre territórios indígenas; empresas, exércitos e intermediários continuaram a disputar rios, minérios e florestas. As pessoas atacadas nunca deixaram de responder: negociaram, fugiram, guerrearam, reconstruíram aldeias, recorreram a tribunais e preservaram línguas. Sobrevivência não anula destruição; mostra que o projeto de apagamento encontrou resistência.

Há uma pergunta incômoda atravessando os séculos: quem transformou a perda de uma comunidade em ganho para outra pessoa? O ouro chegava a cofres e mercados; a terra tornava-se propriedade; o trabalho compulsório reduzia custos; a floresta virava mercadoria. Nem todos os

beneficiários eram brancos ricos e nem toda morte ocorreu porque um proprietário a ordenou. Mas estruturas de poder racializadas permitiram repetidamente que grupos com recursos se apropriassem do que comunidades indígenas possuíam. A cor, a riqueza e a autoridade variavam conforme o lugar e a época; a desigualdade na capacidade de mandar permaneceu reconhecível.

Contar essa história não é declarar que povos indígenas pertencem apenas ao passado. A CEPAL estimou aproximadamente 58 milhões de pessoas indígenas na América Latina em 2018 [2]. São contemporâneos, não vestígios. A pergunta histórica correta, portanto, não é apenas quantos morreram. É como a expropriação foi justificada, quem a combateu e por que as vidas de seus descendentes ainda precisam ser defendidas.

A catástrofe que cabe mal num número

Algumas páginas de história parecem concentrar o mundo inteiro em uma cifra. Um estudo publicado em 2019 reuniu estimativas populacionais anteriores a 1492 e calculou aproximadamente 60,5 milhões de habitantes indígenas nas Américas, com ampla margem de incerteza. Estimou uma queda de cerca de 90% ao longo do século seguinte e aproximadamente 56 milhões de mortes até 1600 [1]. A cifra diz respeito às Américas como um todo, não só à América Latina. É uma reconstrução acadêmica, não um

censo de cada aldeia e muito menos uma lista de homicídios comprovados.

Por que tantos morreram? Epidemias de doenças introduzidas pelas conexões transatlânticas tiveram papel decisivo. Varíola e outras infecções atingiram populações sem a mesma história de exposição. Mas explicar a catástrofe como “apenas doença” equivale a retirar do quadro os caminhos pelos quais uma doença se tornava devastadora. Guerras deslocavam famílias; trabalhos compulsórios enfraqueciam corpos; fome acompanhava o abandono forçado de cultivos; a fuga rompia redes de cuidado. Os agentes patogênicos não assinavam decretos de trabalho nem tomavam celeiros. Homens e instituições o faziam.

Também seria falso afirmar que cada europeu desembarcou com um plano explícito de eliminar toda a população. A história real é mais perturbadora: muitos queriam súditos, trabalhadores, aliados e contribuintes; criaram ou mantiveram condições nas quais um número gigantesco de pessoas morreu. A distinção entre intenção de matar e aceitação de mortes previsíveis não absolve ninguém. Ajuda a explicar as engrenagens que ligavam um privilégio obtido no continente a uma aldeia destruída longe dos olhos do beneficiário.

A estimativa demográfica varia conforme método, recorte regional e documentação disponível. Falar em “milhões” é historicamente defensável; atribuir um total exato a cada arma ou empresário não é. Não sabemos o

nome da maioria das vítimas. Tampouco conhecemos todos os lugares onde uma comunidade deixou de existir. A fragilidade do arquivo não mede o valor das vidas. Com frequência mede quanto os responsáveis se interessaram em registrar pagamentos e propriedades, mas não em conservar a memória daqueles que pagaram o preço.

O nome “catástrofe demográfica” parece asséptico. Nele cabem crianças órfãs, estradas sem viajantes e cidades cujo ritmo foi interrompido. Cabe uma língua que deixa de ser ensinada porque seus falantes foram dispersos. Uma população não é uma pilha de unidades intercambiáveis. Quando se destrói uma comunidade, desaparecem formas de cultivar, julgar, educar e lembrar. Nem tudo desaparece de uma vez; parte sobrevive transformada, às vezes escondida da autoridade que a perseguia.

O leitor pode desconfiar de quem usa uma cifra para resolver uma disputa moral. Deve desconfiar também de quem exige um número impossível de obter antes de admitir o massacre. As duas posições transformam incerteza em instrumento político. A investigação responsável admite seus limites, aponta as fontes e ainda assim nomeia a devastação. O que aconteceu no continente foi suficientemente amplo para aparecer tanto nos relatos humanos quanto nas marcas que deixou na paisagem [1].

Hispaniola a ilha que aprenderam a chamar de descoberta

A primeira grande experiência de colonização europeia nas Américas ocorreu em ilhas cujos habitantes possuíam nomes e histórias anteriores à chegada das caravelas. Hispaniola, nome colonial de uma ilha hoje dividida entre Haiti e República Dominicana, concentrou guerra, trabalho coercivo e epidemias em uma sequência devastadora. Um relato que começa pela “descoberta” organiza o tempo de modo a tornar secundário o que os Taíno já sabiam de seus campos, redes e autoridades.

Os colonizadores tinham metas materiais. Procuravam metais, tributos e abastecimento; exigiam trabalho para manter assentamentos. A população local não era um recurso inesgotável. Quando a mortalidade aumentava, o sistema podia responder buscando mais pessoas em outras áreas, alterando sua pressão em vez de revisar seus fundamentos. Essa decisão revela a forma pela qual o custo humano podia ser reconhecido e ainda assim ser tratado como problema de reposição.

Epidemias tiveram papel central, mas não agiram sobre sociedades intactas. Guerras e deslocamentos quebravam redes de alimentação; o trabalho imposto impedia que uma família mantivesse sua produção; pessoas afastadas de suas comunidades tinham menos proteção. É preciso evitar afirmações de intenção biológica universal que as fontes não

demonstram. Também é preciso recusar a absolvição segundo a qual toda a perda aconteceu fora do controle humano.

Las Casas escreveu sobre as ilhas com indignação. A força de seu testemunho não resolve disputas demográficas; seu valor reside em mostrar que, dentro do próprio mundo colonial, já havia quem reconhecesse abusos e discutisse responsabilidades [3]. Não se trata de impor ao passado uma sensibilidade que ninguém possuía. Muitos contemporâneos discordaram das políticas e viram seu resultado.

A palavra extinção foi usada tantas vezes a respeito dos Taíno que ganhou vida própria. Ela pode esconder descendentes, misturas e processos de reafirmação cultural. Reconhecer mudanças profundas depois da colonização não obriga ninguém a declarar que um povo desapareceu sem resto. A categoria conveniente ao proprietário não deve definir sozinha o que a história permite lembrar.

Hispaniola foi também um lugar de início para a exploração africana escravizada nas Américas. A história não exige competir sofrimentos. A substituição de uma mão de obra exaurida por outra submetida à violência indica que o problema era um regime capaz de converter seres humanos em custo de produção. Esse regime se transformou ao longo dos séculos, mas desde cedo mostrou quais vidas podiam ser gastas para sustentar riquezas alheias.

Capítulo 2 Ilhas e tributos

O Caribe e a primeira máquina colonial

As ilhas caribenhas viram nascer um modelo. Depois de 1492, ocupação, tributação e coerção se intensificaram em lugares onde os habitantes já tinham modos próprios de organizar o trabalho e distribuir recursos. Em vez de imaginar uma cena simples de espanhóis contra uma população homogênea, é preciso ver autoridades concorrentes, alianças locais, revoltas, imposição de trabalho e chegada de doenças. A Coroa tentava regular uma empresa de conquista cujos executores acumulavam poder muito longe dela.

O sistema de encomienda transferia a colonos direitos sobre tributo e trabalho de grupos indígenas, sob uma linguagem que prometia proteção e evangelização. A distância entre promessa e prática podia ser mortal. Extrair produção significava impor rotinas, afastar pessoas de suas redes e fazer do tempo de vida de outra comunidade uma fonte de receita. A riqueza colonial não cresceu porque a terra era generosa com todos; cresceu porque alguns puderam mandar e outros foram obrigados a obedecer.

Bartolomé de las Casas, testemunha e crítico da conquista, publicou em 1552 uma denúncia célebre da destruição nas Índias [3]. Seu texto é valioso como testemunho de um conflito moral dentro do mundo espanhol. Não é uma tabela estatística neutra. Tinha objetivo de persuadir,

escolhia imagens de grande força e exige leitura crítica. O erro de um leitor seria tomar cada cifra dele como censo preciso; o erro contrário seria descartar a violência porque a fonte participa de uma disputa política.

Las Casas não foi a única voz nem tornou a proteção universal. A própria necessidade de legislar repetidamente sobre abusos evidencia como uma proibição escrita podia conviver com incentivos que tornavam a exploração lucrativa. Um proprietário instalado no Caribe podia desejar mais produção em menos tempo. A Coroa podia desejar receita e obediência. Um missionário podia reconhecer a humanidade dos habitantes e, ainda assim, defender a destruição de práticas religiosas deles. A violência colonial não depende de unanimidade completa para funcionar.

Quando uma população cai drasticamente, os colonizadores muitas vezes contam a consequência como se fosse condição inicial. Encontram menos pessoas após a devastação e passam a falar de abundância de terras disponíveis. A linguagem da disponibilidade torna invisível a causa da ausência. Também faz desaparecer os sobreviventes, que continuavam a viver, a migrar e a formar famílias. Dizer que um povo foi “extinto” pode apagar sua descendência e sua presença atual. A precisão histórica deve resistir a esse segundo desaparecimento.

O Caribe ensinou à colonização continental uma combinação de conquista armada, trabalho coercivo, administração por intermediários e explicações convenientes para

a mortalidade. Não inventou sozinho a crueldade humana. Institucionalizou um modo de fazer dinheiro e autoridade a partir da vulnerabilidade de outros. O experimento se espalharia com adaptações locais, sempre acompanhado por pessoas que se recusavam a aceitar o lugar que lhes fora reservado.

A encomienda promessa e cobrança

Uma instituição colonial pode apresentar no papel uma obrigação de proteger e, na prática, criar condições para explorar. A encomienda espanhola atribuiu a colonos direitos ligados a tributos e serviços de grupos indígenas, acompanhados de deveres proclamados de evangelização e cuidado. Ler somente a finalidade declarada seria tão ingênuo quanto ignorar a diversidade regional de sua aplicação. O ponto comum é que a administração conferia a certas pessoas poder econômico sobre o trabalho de outras.

O tributo ocupa lugar discreto em narrativas de grandes batalhas. É cobrado ano após ano e força decisões na vida cotidiana. Uma comunidade que precisa separar parte de sua produção para uma autoridade externa altera plantio, reservas e troca. Se a taxa independe de uma colheita ruim, o risco alimentar recai sobre quem produz. O titular do direito de cobrar talvez viva longe e conheça apenas um valor escrito em seu registro.

A promessa de proteção criava um argumento de legitimidade. O colono não seria, segundo o texto oficial, mero

explorador: sustentaria educação religiosa e defenderia os submetidos. Mas uma proteção concedida pelo mesmo agente que se beneficia do trabalho alheio contém um conflito de interesse. Quando a receita depende de cobrar mais, a pessoa protegida precisa ter meios independentes de recusar abusos. Em muitos lugares, ela não os tinha.

Houve reformas, críticas e tentativas de limitar coerção. Elas importam precisamente porque permitem observar que as instituições não eram inevitáveis. A própria repetição de restrições formais mostra a distância persistente entre ordem escrita e prática local. Nenhum regulamento pode ser avaliado apenas pela intenção do legislador; importa conhecer funcionários, beneficiários e recursos de contestação disponíveis aos povos atingidos.

Lideranças indígenas aprenderam a usar tribunais, escrever petições e negociar condições. Isso não significa que o sistema fosse justo. Significa que pessoas dentro dele buscaram caminhos para defender seus grupos. A existência de um recurso judicial não é a mesma coisa que paridade econômica para sustentá-lo ou segurança para recorrer sem sofrer represálias.

A encomienda ajuda a compreender uma tese central do livro. Um agente não precisa anunciar publicamente o desejo de matar para participar de uma ordem que transfere para terceiros o risco de morte. A engrenagem de cobrança pode continuar a funcionar enquanto epidemias e fome reduzem as comunidades. Quem recebe o produto da coerção

tem razões materiais para não perguntar demais sobre sua origem.

México e Andes A conquista de muitos lados

A queda de Tenochtitlán em 1521 costuma ser contada como triunfo de poucos europeus sobre muitos indígenas. Essa versão poupa o leitor da política. Cortés dependeu de alianças com grupos indígenas inimigos do domínio mexica; a guerra foi travada por numerosos participantes cujos objetivos não eram os mesmos. Reconhecer essa agência não torna o desfecho benigno. Impede apenas que os habitantes do continente sejam reduzidos a figurantes no filme dos conquistadores.

Cerco, destruição e epidemias alteraram radicalmente a vida na região. O poder colonial que se seguiu reorganizou tributos, trabalho e propriedade. Algumas elites locais negociaram lugares no novo regime; outras comunidades perderam autonomia. O vencedor europeu aprendia depressa a converter redes preexistentes de cobrança em meios de sustentar sua própria autoridade. Não era necessário inventar cada instrumento: bastava transferir o controle e decidir quem receberia o produto.

Nos Andes, a invasão espanhola encontrou o império inca em crise interna. Pizarro e seus homens exploraram divisões políticas; capturaram Atahualpa em 1532. Resgates e promessas não impediram que a conquista prosseguisse. O episódio se tornou símbolo da transfor-

mação de metais preciosos em argumento para confiscar vidas e territórios. Mas concentrar a história nos personagens conhecidos é deixar de lado aldeias que passaram a lidar diariamente com tributos, deslocamentos e autoridades impostas.

Em diferentes momentos, a administração colonial recorreu a formas de recrutamento compulsório de trabalho, entre elas a mita colonial andina. Ela se apropriou de um nome anterior, mas a colocou a serviço de exigências de produção e de um império ultramarino. Para um proprietário ou funcionário, o trabalhador podia aparecer numa conta. Para uma família, sua partida significava reorganizar cultivos e cuidados. Essas escalas nunca foram iguais; a contabilidade oficial raramente descreveu integralmente a perda doméstica.

O México e os Andes não oferecem um enredo no qual europeus agem e indígenas apenas sofrem. Resistências abertas, litígios, negociações e adaptações atravessaram a vida colonial. A existência de colaboração indígena em certos conflitos também não distribui igualmente responsabilidade pelas estruturas posteriores. Uma aliança militar para enfrentar um rival não equivale a consentimento permanente com a sujeição da própria comunidade.

A pergunta sobre os “brancos ricos” ganha aqui uma forma concreta. Quem financiava campanhas esperava retorno; quem recebia tributos e terras incorporava recursos à própria linhagem; instituições religiosas e civis também

acumularam patrimônio. A riqueza não se explica somente por ganância individual, mas sem a ambição material é impossível compreender a insistência em controlar gente, produção e circulação. A conquista era uma disputa por governo e fé, além de ser uma disputa por quem ficaria com o resultado do trabalho de milhões.

Capítulo 3 México e mundos maias

Maya conquista não foi desaparecimento

A palavra Maya costuma levar o leitor a imaginar ruínas antigas e um povo que teria desaparecido antes da chegada europeia. Essa ideia é falsa como descrição dos muitos povos maias que viveram e vivem em regiões hoje divididas entre México e países da América Central. Suas histórias não são idênticas. Quando narrativas turísticas apresentam uma cidade arqueológica e saltam para os colonizadores, deixam de explicar os descendentes e as instituições que continuaram mudando ao longo de séculos.

A conquista espanhola na região não ocorreu em uma única batalha conclusiva. Envolveu campanhas, alianças, resistências locais, deslocamentos e reorganização de obrigações tributárias. Uma autoridade podia apresentar a submissão de determinada comunidade como fim da guerra; outras áreas continuavam a negociar ou resistir. A imagem de um império que cai de uma só vez simplifica uma região cuja geografia política era plural.

Após a conquista, línguas e formas de autoridade não desapareceram automaticamente. Algumas comunidades procuraram nos tribunais e registros coloniais maneiras de defender terras; outras preservaram práticas por vias menos visíveis aos funcionários. A continuidade não significa que viveram em liberdade intacta. Significa que a história precisa reconhecer agência mesmo quando descreve impostos, evangelização e epidemias.

No século XX, a violência contra comunidades maias da Guatemala mostrou que o preconceito colonial podia ser reorganizado em vocabulário de segurança nacional. Não há uma linha simples de identidade entre um conquistador do século XVI e um comandante militar moderno. Há contextos diferentes nos quais a vida maia foi novamente considerada sacrificável diante de um projeto de poder. A comissão guatemalteca examinou essa segunda história com recortes específicos [5].

Na educação contemporânea, a mesma palavra “Maya” pode designar patrimônio monumental enquanto professores de línguas maias enfrentam falta de recursos. Um Estado pode lucrar com a imagem do passado e negligenciar quem transmite formas vivas desse passado. Não basta conservar pedras se as pessoas continuam tendo de provar que suas línguas merecem existir em escolas e serviços.

Falar em milhões de mortos nas Américas sem falar dos vivos produz um monumento sombrio, mas incompleto. Povos maias atuais não são cópias de antepassados nem

sobrevivências inexplicáveis. São participantes de uma história contínua de adaptação, conflito, política e criação. A conquista transformou profundamente suas condições de vida; não lhes retirou a autoria de tudo que veio depois.

Prata açúcar e o preço do trabalho

O ouro fascina a imaginação, mas o sistema colonial exigia rotina. Minas precisavam de abastecimento, transporte e força de trabalho; plantações pediam terra, água e pessoas submetidas a jornadas controladas por outros. Os ganhos podiam circular por portos, administrações e casas comerciais. A violência ocorria nos lugares de onde essa circulação partia: lavouras, caminhos, aldeias e minas. A distância entre lucro e sofrimento protegia moralmente quem só via o primeiro.

Potosí, no atual território boliviano, tornou-se emblema da prata colonial. A região andina não era um vazio descoberto por mineradores; era um espaço vivido, governado e disputado. O recrutamento compulsório e os tributos atravessaram comunidades que precisavam preservar a própria subsistência. A extração não era apenas um homem com ferramenta em uma galeria. Era uma organização política que decidia quem podia impor uma necessidade coletiva e quem devia suportar seu custo.

No Brasil colonial, a ocupação para agricultura e comércio acompanhou guerras, escravização indígena e expulsões. As realidades diferiam entre capitanias, séculos

e povos. O trabalho africano escravizado tornou-se central em economias como a do açúcar, mas isso não apaga a captura de indígenas nem a pressão sobre suas terras. Também não autoriza opor vítimas como se sua dor competisse por uma única linha na história. A empresa colonial soube combinar regimes de coerção conforme preços, legislação, resistência e geografia.

Às vezes a autoridade anunciava proteção enquanto outra autoridade concedia exceções para capturar pessoas. Quando se dizia que um grupo era inimigo, rebelde ou incapaz de administrar a terra, abria-se o caminho jurídico para a violência. A categoria legal podia nascer de um conflito real e, ao mesmo tempo, ser usada para produzir mão de obra e liberar território. Não basta ler a regra; é preciso perguntar quem ganhou com a interpretação e quem perdeu a possibilidade de contestá-la.

O lucro não precisa aparecer em cada cena como um saco de moedas. Está no preço menor do trabalho obrigatório, no controle de rotas, na cobrança de tributo, na transferência de propriedade e na transformação da floresta em ativo. Essa trama beneficia intermediários e grandes proprietários de maneira desigual. A violência de uma expedição pode abrir décadas de vantagem econômica para pessoas que nunca seguraram uma arma.

Uma narrativa responsável evita fazer de todo trabalhador europeu um “rico” e de todo agente colonial alguém da mesma origem. Havia hierarquias de classe,

mestiçagem, disputas locais e intermediários indígenas. Ainda assim, o regime definiu sistematicamente quem podia reclamar patrimônio e quem tinha de provar que possuía o chão onde seus antepassados viviam. O coração do mecanismo estava nessa assimetria.

A prata andina depois do brilho

O nome Potosí tornou-se uma medida imaginária de riqueza. Falar de seus metais sem falar dos caminhos que levavam trabalhadores à montanha seria repetir a perspectiva do comprador da prata. O império colonial precisava de abastecimento, transporte, fiscalização, autoridade local e trabalho. A mina não foi apenas um buraco no solo. Foi uma rede de decisões que ligava comunidades rurais andinas a mercados ultramarinos.

A mita colonial recrutava trabalho por meio de contingentes estabelecidos sobre determinadas regiões. Usar um nome andino anterior não tornou a instituição uma continuação simples do passado pré-colonial. Ela operou sob objetivos e poderes transformados. Uma família podia precisar reorganizar sua produção para lidar com a ausência de alguém enviado a trabalho; a perda do tempo dessa pessoa não se mede somente pela jornada registrada na mina.

Os trabalhadores andinos não formavam uma massa sem relações próprias. Algumas pessoas buscaram fugir, negociar ou usar outras formas de trabalho. A história da mineração inclui comerciantes locais, mulheres que susten-

tavam abastecimento, intermediários e autoridades indígenas submetidas a pressões contraditórias. O registro de prata extraída só se torna inteligível quando se inclui o sistema social que a extração mobilizou.

Não é correto atribuir cada morte em Potosí a uma única causa ou usar o mito de que toda pessoa enviada à mina morreu. Condições de trabalho, doença, acidentes, nutrição e deslocamento precisam de recorte cronológico e documentação própria. A tentativa de transformar sofrimento em uma frase espetacular pode facilitar que críticos descartem a acusação inteira. A análise mais forte descreve exatamente o que uma instituição exigia e de quem exigia.

O metal deixava a região. Seu valor podia ser repartido entre a Coroa, administradores, comerciantes e proprietários, mas o custo da alteração de vidas permanecia concentrado nas comunidades de origem. Essa separação geográfica explica por que uma economia pode ser celebrada como esplendor em um livro europeu e lembrada como imposição em outro lugar.

O trabalho indígena também produziu técnicas, rotas e mercados que não se deixam reduzir à condição de vítima. Pessoas atuaram dentro de limites difíceis e fizeram escolhas. Sua agência é parte do passado, mas não converte uma obrigação imposta em opção livre. É possível reconhecer saber e resistência sem disfarçar o sistema que apropriava seus resultados.

Capítulo 4 O trabalho que alimentou o império

Guarani missões e disputas por gente

Entre as bacias do Paraná e do Paraguai, diversos povos guarani viveram transformações profundas durante a expansão ibérica. A história das missões costuma ser contada como arquitetura admirável, música e produção agrícola. Houve experiências de organização coletiva e relações complexas entre religiosos e comunidades. Também havia catequese coercitiva, disputas sobre autoridade e ameaças de captura por expedições de escravização. O território missioneiro não estava apartado da economia colonial; sua população era objeto de disputa.

Os ataques de bandeirantes a aldeamentos religiosos mostram que a escravização podia ser mais importante para certos colonizadores do que os compromissos cristãos que outros alegavam defender. Uma missão podia servir de refúgio relativo em determinado momento e, simultaneamente, concentrar pessoas de maneira que facilitasse agressões. A análise não pode transformar os padres em vilões de caricatura nem em salvadores sem interesses. É preciso ver a posição dos Guarani, suas escolhas e seus próprios objetivos em cada situação.

Um povo com território e meios de subsistência pode negociar alianças sem entregar aos aliados a definição de seu futuro. Quando impérios disputaram limites no sul da América, o direito de redesenhar terras foi negociado entre

coroas como se a residência guarani fosse detalhe diplomático. Os documentos de soberania imperial tratavam regiões inteiras como valores intercambiáveis. Para famílias que viviam ali, a alteração da linha significava ameaça direta a casas, cultivos e lugares de memória.

Algumas comunidades se deslocaram, outras resistiram, e os resultados variaram. Há um risco em concentrar a narrativa apenas nas batalhas mais conhecidas. A experiência colonial também incluía tributação, conversão religiosa, reorganização de lideranças e mudanças na transmissão de línguas e costumes. Uma ordem que limita o que pode ser dito em público pode durar mais do que uma campanha militar, ainda que produza menos imagens dramáticas.

A economia das missões não era idêntica à propriedade privada de um fazendeiro, mas disputava trabalho, circulação e produção. Explicar os ganhos de cada ator requer perguntar quem tomava decisões sobre o excedente e como os habitantes podiam contestá-las. A presença de artes, escolas e edifícios não resolve essa questão; desenvolvimento material não é prova automática de consentimento político.

No presente, falar de Guarani significa falar de comunidades vivas em países distintos. A fronteira Brasil, Paraguai e Argentina corta vínculos anteriores à criação desses Estados. A história não termina com a expulsão de uma ordem religiosa ou com o desaparecimento de uma missão no mapa. Línguas e reivindicações contemporâneas

mostram que a classificação do passado como ruína colonial não consegue guardar tudo o que continuou.

Independência sem devolução

Quando as colônias romperam com as metrópoles, o vocabulário da liberdade ganhou força. Liberdade para quem? Para muitas elites que fundaram repúblicas, significava autonomia política e liberdade de contratar, comprar e ampliar propriedades. Comunidades indígenas podiam ser chamadas de cidadãos no papel e continuar vulneráveis à perda de terras coletivas. A independência não devolveu automaticamente territórios; em alguns lugares, novas formas de propriedade aumentaram o risco de despossessão.

Os mapas nacionais gostavam de linhas contínuas. As comunidades viviam em territórios onde o Estado ainda tentava impor presença militar, fiscal e econômica. Cada zona dita fronteira “a conquistar” escondia uma pergunta anterior: quem já estava lá? Se o governo proclamava que uma região pertencia à nação, os habitantes originários passavam a ter de explicar por que não deveriam ser retirados de sua própria terra.

A expansão para produção agrícola e criação de gado converteu a apropriação territorial em uma promessa de modernização. Estradas, cercas, escrituras e tropas podiam chegar juntas. O discurso dizia que propriedades improdutivas seriam tornadas úteis. Sua medida de utilidade correspondia ao que poderia ser vendido, tributado ou expor-

tado. Manejos indígenas da água, florestas e circulação de animais eram ignorados quando não cabiam nessa conta.

Em algumas regiões, campanhas militares procuraram destruir a capacidade de resistência de povos que defendiam territórios. Em outras, contratos e leis fizeram o trabalho mais lentamente. Nenhuma dessas trajetórias é idêntica às outras. É por isso que a expressão “o extermínio” neste livro designa um conjunto histórico de mortes em massa, ataques a comunidades e políticas de despossessão, não uma operação uniforme executada durante cinco séculos por um único comando.

A transformação de uma terra comum em lote individual tem efeito imediato sobre quem consegue permanecer. Um fazendeiro com capital pode comprar, esperar e litigar; uma família pressionada pela fome talvez venda por pouco ou perca a posse antes de conseguir registrar sua história. À medida que o novo documento se torna prova exclusiva, a ocupação anterior desaparece diante do cartório. O papel declara legítimo aquilo que a violência havia começado.

A República não é uma desculpa para a monarquia colonial, nem a monarquia é culpada por todas as decisões posteriores. O ponto é mais duro: gerações sucessivas puderam enxergar a injustiça herdada e ainda escolheram conservar sua vantagem. A riqueza acumulada não se limita ao momento da conquista. Ela se reproduz quando o beneficiário transmite a terra e a comunidade removida precisa recomeçar.

Mapuche a conquista sob o nome de pacificação

Durante séculos, a região mapuche ao sul do rio Bío-Bío não se deixou incorporar plenamente ao domínio espanhol. Houve combate, comércio, parlamentos e acordos que mudaram conforme as conjunturas. É precisamente essa longa capacidade política que o vocabulário posterior de “pacificação” tende a apagar. Não se pacifica uma terra vazia: conquista-se um território no qual existe quem possa dizer não.

No século XIX, o Estado chileno ampliou a ocupação militar da Araucanía, conhecida entre os Mapuche como Ngülumapu ou Gulumapu. A Biblioteca Nacional do Chile documenta planos de fortificações e a chegada de agrimensores e colonos ao lado das tropas [15]. A presença conjunta desses agentes mostra o vínculo entre força e propriedade. O soldado abria ou consolidava o caminho; o agrimensor redesenhava o espaço; a escritura anunciava a nova normalidade.

Para quem observava da capital, uma faixa anexada ao mapa podia parecer avanço da soberania. Para comunidades mapuche, a ocupação interferia nas rotas, na criação de animais, nas autoridades locais e na possibilidade de transmissão territorial entre gerações. A perda material não foi a única. A exigência de que uma comunidade passasse a provar sua relação com o território perante funcionários externos invertia a ordem de legitimidade: o recém-chegado certificava o antigo habitante.

Não se deve contar essa história como se houvesse uma comunidade mapuche sem divergências ou uma elite chilena com um único plano. Lideranças fizeram escolhas e alianças diversas. A diferença de perspectivas, porém, não desfaz o processo geral de incorporação militar e colonização. Complexidade política é o modo de explicar o que ocorreu, não um motivo para dissolver responsabilidade.

O termo pacificação tem uma função moral poderosa. Converte o silêncio posterior à derrota na prova de que a operação foi necessária. Coloca a violência anterior apenas no lado que resistiu e apresenta a violência estatal como remédio. Quando uma região conhece sucessivas fortificações, combates e divisão de terras, a palavra deveria provocar perguntas, não encerrar o assunto.

A disputa continua nos debates sobre terra, autonomia, segurança e criminalização. Uma demanda mapuche atual não pode ser interpretada só como consequência mecânica do século XIX; suas lideranças falam por objetivos contemporâneos. Ignorar a conquista, por outro lado, torna incompreensível por que a discussão territorial é tão persistente. O passado não fornece uma resposta automática para cada conflito de hoje, mas define uma parte essencial das condições em que ele começou.

Capítulo 5 Repúblicas e a expansão do sul

Patagônia o deserto que tinha habitantes

Na Argentina do século XIX, a expressão Conquista do Deserto apresentou campanhas militares como avanço sobre uma extensão vazia. O nome contém o argumento político. Se a terra é deserto, ninguém precisa responder pela retirada de seus habitantes; se ela é habitada, uma campanha de ocupação demanda explicação. Exposições e documentos do próprio Estado argentino discutem atualmente a campanha de 1879 e suas consequências [16]. O confronto entre o nome antigo e a revisão contemporânea revela que a linguagem é parte do objeto histórico.

Povos diferentes viviam nas regiões atingidas, com alianças, rivalidades e relações comerciais que atravessavam a cordilheira. Não há uma única “nação do deserto” que possa substituí-los na narrativa. O Exército argentino também tinha seus debates internos e objetivos estratégicos, mas a expansão do controle territorial favoreceu grandes proprietários e abriu áreas a criação de gado, assentamentos e mercados. O resultado econômico não foi um efeito acidental irrelevante da campanha.

Quem se apodera de uma região precisa criar uma descrição em que sua chegada apareça como início da ordem. A figura do deserto cumpriu esse papel. Depois da ocupação, fotografias, registros de prisioneiros, distribuição de terras e relatórios militares ofereciam uma segunda

história: havia gente suficiente para ser capturada, deslocada e administrada. A contradição entre propaganda e arquivo não é um detalhe de estilo. É a evidência de como um Estado fabrica legitimidade territorial.

O destino de pessoas capturadas não pode ser reduzido a um número total que apaga diferenças. Famílias foram separadas; houve trabalhos compulsórios e deslocamentos; sobreviventes procuraram parentes e modos de reconstruir a vida. Cada estudo local acrescenta nomes e mudanças de percurso. A honestidade exige não anunciar uma cifra continental para uma campanha regional nem transformar estimativas em identificação de cada morto.

As terras incorporadas passaram a circular como patrimônio com origem legal reconhecida pelo novo regime. A lógica era familiar: uma violência abre uma área, um documento estabiliza sua posse, uma geração posterior se recorda apenas do documento. O proprietário que herda não precisa conhecer a família que perdeu a terra para usufruir do resultado. O livro não atribui automaticamente responsabilidade penal ao herdeiro; mostra por que a origem da riqueza permanece questão pública.

A Patagônia indígena não desapareceu quando a Argentina declarou encerrada a campanha. Comunidades continuaram a reivindicar território, memória e reconhecimento. O título “deserto” ainda as atinge quando seus direitos são tratados como surpresa numa região que teriam começado a habitar apenas depois. A pergunta histórica

corrige esse engano: a terra era considerada vazia de que tipo de pessoa, e por quem?

Selk nam a fazenda de ovelhas e o genocídio

Na Terra do Fogo, a expansão das grandes estâncias de criação de ovelhas atingiu os Selk'nam de maneira devastadora. A Biblioteca Nacional do Chile descreve matança, perseguição e deslocamento dos sobreviventes para missões, incluindo a ilha Dawson [20]. Aqui a associação entre enriquecimento fundiário e extermínio aparece com especial nitidez. O espaço desejado para rebanhos era espaço habitado por um povo, com percursos e relações que os novos proprietários não reconheceram como limite legítimo.

Uma empresa ganadeira precisava de grandes extensões e queria reduzir aquilo que definia como ameaça à propriedade. Ao transformar habitantes em intrusos no lugar onde viviam, inverteu-se a história da invasão. O cercamento que protegia animais foi tratado como sinal de ordem; a circulação de pessoas anteriores ao cercamento virou problema. A violência física se apoiou nessa mudança de categoria.

O destino dos sobreviventes não pode ser contado como simples proteção missionária. A remoção para uma ilha ou instituição alterava alimentação, relações familiares e capacidade de permanecer em território ancestral. Algumas pessoas que chegaram vivas não sobreviveram às novas

condições. O cuidado declarado por missionários deve ser examinado à luz dos resultados e das alternativas que não foram oferecidas às comunidades.

A imprensa, a fotografia e relatos de viajantes deixaram evidências que exigem leitura crítica. A existência de imagens de agressões não torna necessário reproduzi-las sem contexto como choque visual. O texto histórico deve mostrar o vínculo entre concessões, estâncias, expedições e deslocamentos. A gravidade não depende de tornar cada página insuportável; depende de deixar identificável a engrenagem que fez da vida indígena um obstáculo econômico.

Um erro frequente é declarar os Selk'nam “extintos” e, em seguida, usar a declaração para desconsiderar descendentes, memória e reivindicações. A devastação foi real. Sua intensidade não autoriza que agentes externos decidam quem pode afirmar continuidade. As comunidades do presente precisam ser ouvidas sobre como descrevem sua própria história.

O caso desmonta a explicação de que a violência continental foi apenas produto de doenças antigas contra as quais ninguém podia agir. Na Terra do Fogo, havia Estado, empresas, concessões, armas e decisões sobre onde os sobreviventes seriam confinados. Há responsáveis históricos mais concretos do que a palavra destino.

México Yaqui deportar para quebrar a defesa da terra

No norte do México, a defesa do território Yaqui atravessou guerras e políticas de repressão durante o Porfiriato. Estudos publicados em revistas do Instituto Nacional de Antropologia e História examinam massacres e a deportação de pessoas Yaqui para Yucatán [19]. A deportação atinge duas dimensões ao mesmo tempo: retira pessoas de um lugar e dificulta que elas continuem defendendo a terra que lhes foi tomada. A política de remover gente pode servir a um projeto econômico sem que seja apresentada publicamente nesses termos.

O trabalhador enviado para longe podia constar em documentos sob uma classificação jurídica específica e experimentar a situação como escravidão. Há uma diferença entre categoria legal e condição vivida. A investigação precisa preservar ambas: perguntar como o Estado nomeou o deslocamento e o que a pessoa tinha efetivamente de liberdade para recusar o trabalho ou retornar.

Quem investia na região de origem se beneficiava da redução da resistência territorial; quem buscava mão de obra em destino distante se beneficiava da disponibilidade de pessoas deslocadas. Os ganhos não eram idênticos nem todos os envolvidos compartilhavam uma reunião de planejamento. A política aproximava interesses ao converter a população em obstáculo removível e força de trabalho transportável.

É importante não fazer do povo Yaqui um exemplo de desaparecimento. Comunidades continuaram articulando defesa de água, terra e autonomia. Estudos atuais sobre seus conflitos mostram que as reivindicações não se limitaram ao retorno de deportados do século XIX. O território permaneceu questão política viva, com problemas novos e memórias antigas.

A narrativa habitual da modernização mexicana apresenta ferrovias, produção e segurança como sinais do progresso nacional. Seus custos podem ser procurados nos registros de expedições militares, nos caminhos de deportação e nos pedidos de retorno. A infraestrutura que facilita mercadorias também pode facilitar o envio coercitivo de pessoas para longe. Tecnologia não define por si só justiça do uso que recebe.

O caso Yaqui pede que se substitua uma pergunta confortável por outra. Em vez de perguntar por que uma comunidade resistiu ao desenvolvimento, pergunte-se por que o desenvolvimento exigiu retirar habitantes que defendiam seu território. A resposta deve ser buscada em documentos e relações de poder locais, sem transformá-la em metáfora universal que dispense outros casos.

Capítulo 6 Deportação borracha e Amazônia

A borracha e o terror no Putumayo

No começo do século XX, o mundo industrial queria borracha. Pneus, máquinas e fios pareciam contar uma história de engenho e progresso. Na Amazônia, a mesma demanda abriu uma corrida por árvores e por corpos que pudessem ser obrigados a recolher látex. A distância entre vitrine e floresta tornava a violência conveniente: o consumidor via o objeto acabado, não o caminho de coerção percorrido para obtê-lo.

Na região do Putumayo, entre áreas hoje pertencentes a Peru e Colômbia, denúncias sobre o tratamento imposto a povos indígenas chegaram a redes internacionais. O diplomata Roger Casement investigou abusos associados à exploração da borracha; sua documentação alimentou o relatório publicado pelo governo britânico em 1912 [6]. A fonte precisa ser lida com seu contexto imperial e seus limites. Mesmo assim, registra como castigos, retenção forçada e terror foram ligados à obtenção de uma mercadoria procurada no mercado mundial.

O terror servia de método de gestão. A empresa exigia quantidades; capatazes eram pressionados a entregar resultados; trabalhadores sem liberdade de recusar carregavam o risco. Quando um produto aparece como meta, pessoas podem passar a ser tratadas como peças substituíveis. Essa lógica não explica sozinha cada ato cruel, mas explica por

que uma cadeia comercial conseguiu tolerar a crueldade como parte de seus custos.

Notícias de atrocidades por si só não encerraram a violência. Era possível expressar indignação nas capitais e continuar comprando o produto que a alimentava. Também era possível atribuir tudo a empregados isolados, preservando a estrutura que lhes dava metas e impunidade. É um mecanismo recorrente: o escândalo identifica a mão que bateu e deixa quase invisível a mão que assinou a encomenda.

Ao pensar o Putumayo, devemos evitar transformar seus habitantes em cenário para a consciência europeia de um investigador. Os povos afetados possuíam história antes da empresa e viveram consequências muito depois do relatório. Suas fugas, recusas, lembranças e reivindicações não são apêndice moral da descoberta feita por outros. O documento é uma janela parcial para uma realidade que não começou quando uma autoridade estrangeira resolveu descrevê-la.

O caso mostra como a figura do branco rico podia mudar de roupa sem mudar o privilégio essencial. Já não precisava ser o conquistador que acompanhava a tropa. Podia ser acionista, fornecedor, comerciante ou funcionário com acesso à rede que comprava a borracha. A geografia do dinheiro alongava a distância da responsabilidade; as marcas da violência continuavam próximas das comunidades.

Amazônia fronteiras que não detêm empresas

A Amazônia atravessa vários países e centenas de territórios indígenas. Um empreendimento de madeira, mineração ou borracha pode operar em rede transfronteiriça; a proteção jurídica, porém, depende de Estados e instituições com competências delimitadas. Para uma comunidade que vive de rios e rotas anteriores à fronteira, a diferença entre duas jurisdições pode determinar se uma denúncia será recebida, se um invasor será retirado ou se a saúde chegará a tempo.

O século XIX e o início do XX mostraram a força da demanda global por borracha. No Putumayo, o relatório ligado a Casement expôs terror associado à coleta do látex. Em outras regiões, contratos e relações de dívida criaram formas diferentes de coerção. Seria errado estender automaticamente os detalhes de um caso para toda a bacia. O elo que pede investigação comparativa é a capacidade de uma mercadoria valorizada em mercados distantes de pressionar pessoas que não podiam participar em igualdade das condições de sua venda.

Governos costumavam celebrar soberania sobre áreas onde sua presença de serviços era escassa e sua presença para assegurar extração podia ser forte. O território era distante quando uma comunidade precisava de atendimento; tornava-se próximo quando um mapa apresentava madeira, metal ou potencial agrícola. Essa seletividade é uma de-

cisão institucional observável, não uma propriedade da floresta.

Projetos de estrada alteram a vulnerabilidade ao facilitar novos acessos. A estrada não possui intenção, mas o planejamento pode conhecer riscos de epidemia, grilagem e exploração e escolher ignorá-los. A distinção entre construção técnica e responsabilidade política desaparece quando se observam os efeitos previstos e as medidas efetivamente adotadas para proteger habitantes.

A própria ideia de conservar a floresta pode esquecer quem nela vive. Áreas protegidas devem ter regras que reconheçam direitos e conhecimentos locais, sem converter povos indígenas em empregados obrigatórios de um projeto ambiental desenhado por outros. A alternativa à invasão não é uma tutela nova que decide por eles em nome de um bem maior.

Um livro sobre todas as Américas precisa resistir à imagem da Amazônia como cenário grandioso para exemplos morais. Há povos com histórias e demandas distintas. O fio comum das fronteiras é menos uma cultura única do que a disputa recorrente por quem pode determinar o destino de recursos que se tornaram valiosos para pessoas localizadas muito longe dali.

O Brasil das estradas e dos silêncios

O século XX brasileiro frequentemente chamou a abertura de terras indígenas de integração nacional. Uma estrada era

desenhada como linha de progresso; os povos atravessados por ela apareciam como obstáculo administrativo. A Comissão Nacional da Verdade examinou violações contra indígenas durante a ditadura e registrou pelo menos 8.350 mortes entre os casos investigados, frisando as limitações de seu levantamento [4]. Não se trata de total de mortes indígenas em toda a história do Brasil nem de contagem completa do próprio período.

Os casos documentados incluem o impacto de projetos de ocupação, epidemias, remoções e violência direta. Lidos separadamente, podem parecer desvios locais. Juntos, revelam o custo de uma política que desejava tornar territórios acessíveis a circulação, fazendas, mineração e grandes obras. O governo falava em desenvolver; proprietários e empresas enxergavam novas oportunidades. As comunidades afetadas eram chamadas a pagar em forma de terra, autonomia e vidas.

A discussão exige cuidado: uma rodovia não mata pelo simples fato de existir. Mas a maneira como é planejada, protegida e implantada pode levar doenças, facilitar invasões e destruir fontes de alimento. Quando os responsáveis ignoram riscos conhecidos e tratam as mortes como preço aceitável, o projeto técnico se torna uma decisão política. Perguntar se houve um documento com a ordem “matar” não é suficiente para julgar uma política que produz sofrimento previsível.

O relatório da comissão também mostra algo sobre arquivos. Alguns povos deixaram provas por meio de testemunhos e pesquisas posteriores; outros permaneceram mal registrados. A ausência de um caso no relatório não prova que houve proteção. A própria comissão pediu investigação adicional. A honestidade com a fonte exige preservar esse limite, mesmo quando seria retoricamente mais forte apresentar o número como medida definitiva.

A retórica da integração carregava uma hierarquia. Para os planejadores, uma comunidade seria aceita se coubesse na forma de vida prometida pelo Estado. Seus modos de organizar território podiam ser vistos como sinal de atraso. Esse julgamento autorizava deslocamentos e intervenções que dificilmente seriam aplicados da mesma maneira a uma população proprietária influente. Não faltava conhecimento técnico sobre as comunidades. Faltava disposição para reconhecer que elas tinham direito de recusar o preço imposto.

O passado recente é especialmente difícil porque ainda há família, instituição e patrimônio ligados aos acontecimentos. Algumas obras foram celebradas sem que a memória das vítimas entrasse na placa inaugural. Examinar essa história não exige condenar cada pessoa que passou pela estrada. Exige reconhecer como decisões públicas e oportunidades privadas se encontraram sobre um chão que nunca esteve vazio.

Capítulo 7 O Brasil das obras e remoções

Marãiwatsédé uma expulsão documentada

O povo Xavante de Marãiwatsédé apresentou à Comissão Nacional da Verdade brasileira relatos de violações sofridas em meio à expansão econômica sobre seu território [22]. A documentação aponta para uma questão que ultrapassa um caso isolado: o planejamento de uma ocupação pode ser descrito por seus promotores como melhoria produtiva enquanto seus habitantes originais vivem a operação como perda de casa, autonomia e continuidade.

Uma fazenda vista do alto aparece como área delimitada por cercas e produção. Um território vivido é composto de aldeias, caminhos, lugares de reunião e relações que não se deixam medir apenas pela área registrada. Transferir famílias significa reorganizar conhecimento sobre água, alimentos e vizinhos. A perda não se encerra quando a viagem termina; reaparece em cada decisão que deixa de poder ser tomada no lugar de origem.

O testemunho à comissão tem valor porque exige que o Estado ouça pessoas que antes constavam quase exclusivamente como obstáculo nos documentos de ocupação. Isso não torna o depoimento dispensado de exame; permite formular perguntas que os papéis fundiários sozinhos não fariam. Quem planejou? Quem executou? Que riscos eram conhecidos? A quem beneficiou a operação e que promessas de assistência foram efetivamente cumpridas?

A distância temporal também importa. Uma família removida décadas atrás pode enfrentar hoje dificuldade para recuperar a terra porque terceiros ocuparam, investiram e obtiveram documentos novos. O tempo fortalece a aparência de normalidade do resultado. Não é argumento para esquecer a expulsão. Mostra por que a justiça territorial se torna mais complexa quando se espera que o dano se estabilize como patrimônio.

Seria fácil chamar toda intervenção de genocídio sem estudar suas provas. O caso é suficientemente grave sem o uso automático de uma palavra jurídica. Remoção forçada, violação de direitos e efeito sobre um povo específico requerem linguagem precisa e documentação. A precisão ajuda os descendentes a reclamar algo concreto, não apenas a oferecer ao público uma indignação passageira.

Marãiwatsédé não é lembrança congelada da ditadura. Pessoas Xavante continuaram a afirmar direitos e a transmitir conhecimento. Ao contar sua história, o autor deve resistir à tentação de converter a comunidade em ilustração de uma tese geral. Seu conflito tem agentes, datas e lugar próprios. É a soma de casos concretos, não uma metáfora única, que mostra como a ideia de progresso podia ser usada para retirar gente de suas terras.

Krenak quando a prisão recebeu nome de proteção

Durante a ditadura brasileira, o Reformatório Krenak e a atuação da Guarda Rural Indígena tornaram visíveis for-

mas de controle sobre indígenas que não cabiam na imagem oficial de tutela benevolente. O Ministério Público Federal levou violações relacionadas ao povo Krenak a ações de responsabilização e reparação [26]. O caso pede cuidado com pessoas e datas, mas permite uma afirmação clara: instituições criadas ou justificadas como proteção puderam funcionar como instrumentos de punição.

Uma administração decide quem merece ser deslocado, vigiado ou obrigado a trabalhar. Se a pessoa submetida à medida não dispõe de acesso efetivo a defesa, a autoridade sobre ela se aproxima da prisão mesmo quando o nome do estabelecimento sugere formação. A linguagem burocrática é parte da operação. Reformatório parece prometer mudança; pode esconder a pergunta sobre o direito de alguém mandar um indígena para lá.

O efeito ultrapassou indivíduos detidos. Uma comunidade que sabe que a resistência pode levar ao confinamento passa a calcular seus atos sob ameaça. O poder disciplinar alcança reuniões, viagens e reclamações por território. Histórias de punição individual precisam ser relacionadas ao contexto de ocupação econômica, sem afirmar que todo detido teve exatamente a mesma experiência.

Há sobreviventes cujos testemunhos foram ignorados por décadas. A demora de uma investigação não transforma o relato em invenção recente. Mostra como um Estado consegue organizar arquivos sobre sua própria atuação e ainda criar obstáculos para quem pede acesso ou

contestação. Quando órgãos de justiça passam a ouvir o povo atingido, a produção de prova se torna também disputa sobre quem tem autoridade para contar a história.

Uma reparação coletiva não substitui cada necessidade individual, assim como uma sentença não devolve anos perdidos. Pode reconhecer publicamente que as violações não foram desvios sem relação com as instituições. Para avaliar seu alcance, é preciso acompanhar se medidas decididas chegam de fato à comunidade e se ela participa de defini-las.

O caso Krenak impede a conclusão cômoda de que a violência brasileira mais grave contra indígenas ocorreu apenas antes do Estado moderno. Funcionários, formulários e regras do século XX puderam afetar vidas com a mesma pretensão de decidir o destino de outros. O nome da instituição mudou; o poder de interromper a autonomia de um povo permaneceu em disputa.

Kaiowá e Guarani a terra que não cabe na reserva

No Mato Grosso do Sul, a história dos Kaiowá e Guarani inclui a criação de reservas e a longa disputa sobre territórios de ocupação tradicional. Pesquisas publicadas pelo Ipea descrevem como a expropriação e políticas estatais de colonização mudaram as condições de vida dessas comunidades [23]. Uma reserva pequena em um mapa oficial pode parecer solução administrativa; diante da área

necessária para parentesco, cultivo e circulação, pode representar uma redução severa.

A palavra tekoha remete à relação entre modo de vida e lugar. Não é uma fórmula que permita a um observador externo definir sozinho os limites de cada reivindicação. Ajuda a perceber por que oferecer um pedaço qualquer de terra não equivale a devolver um território. A localização importa porque nela estão histórias de famílias, conhecimentos do ambiente e possibilidades de organizar a vida coletiva.

O conflito com proprietários rurais precisa ser investigado por processo, propriedade e decisão pública. Nem todo agricultor participa de violência; a presença de direitos documentais e reivindicações indígenas envolve histórias jurídicas distintas. A análise não deve criar culpados penais por categoria. Deve perguntar como cada título foi formado, como o Estado tratou direitos anteriores e quem tem acesso efetivo a proteção quando há ameaça.

Uma família pressionada a viver em espaço superlotado pode enfrentar dificuldades de água, alimentação e segurança que depois são citadas como prova de incapacidade. A lógica é circular: reduz-se a condição material de vida, observa-se o dano e atribui-se a causa ao próprio povo. Para quebrar esse ciclo, a investigação precisa reconstruir a história da distribuição territorial, não apenas comparar indicadores sociais atuais.

A resistência Kaiowá e Guarani é política do presente. Assembleias, retomadas e recursos judiciais integram debates sobre direitos e riscos contemporâneos. Nenhuma dessas ações pode ser lida simplesmente como encenação de uma batalha colonial. As pessoas envolvidas avaliam oportunidades, divergências e consequências, como qualquer outro grupo que busca permanecer em sua casa.

O caso mostra que o extermínio das massas não ocorre sempre na forma de uma ordem explícita de massacre. A despossessão prolongada pode tornar a vida mais precária e a defesa do território mais perigosa. Para demonstrar cada morte e cada responsabilidade, contudo, é preciso pesquisa própria. A formulação histórica forte não depende de somar à força todas as tragédias numa estatística única.

Capítulo 8 Guatemala Colômbia e crises atuais

Guatemala quando aldeias foram tratadas como inimigas

Na Guatemala, a guerra interna entre 1960 e 1996 produziu uma das investigações mais duras da região. A Comissão para o Esclarecimento Histórico concluiu que agentes do Estado cometeram atos de genocídio contra grupos maias em determinadas regiões e períodos. Entre as vítimas identificadas em seu trabalho, 83% eram maias; a comissão atribuiu 93% das violações documentadas às forças do Estado [5]. Esses percentuais descrevem o universo da inves-

tigação, não todas as pessoas mortas em cada região do país.

A palavra genocídio tem sentido jurídico e histórico específico. Não deve ser usada automaticamente para toda epidemia, toda expropriação ou toda guerra colonial. No caso estudado pela comissão guatemalteca, ela deriva de um exame de planos, ataques e alvos em contextos delimitados. A precisão não diminui a denúncia. Mostra por que os fatos exigiram uma palavra tão grave.

Ao chamar aldeias de base inimiga, a política contrainsurgente reduziu famílias a uma categoria militar. Um agricultor podia ser tratado como combatente pela simples localização da casa; destruir comida tornava-se instrumento de guerra; sobreviver exigia fugir para lugares de difícil acesso. O processo de transformar civis em alvo não ocorre só no momento do disparo. Começa quando uma instituição decide que não há mais pessoas a distinguir dentro de uma comunidade.

Seria uma simplificação explicar a guerra apenas como cobiça de proprietários brancos. Racismo, anticomunismo, autoritarismo militar, disputa por terra e geopolítica participaram da tragédia. Contudo, a desigualdade agrária e a velha desvalorização da vida maia ajudaram a tornar plausível o ataque contra aldeias inteiras. As elites não precisaram inventar o desprezo de uma noite para a outra; herdaram e renovaram uma gramática de poder.

A comissão ouviu testemunhos e reuniu documentos depois do conflito. Sua tarefa não podia ressuscitar mortos nem alcançar todos os desaparecidos. Tinha, ainda assim, uma força pública: impedir que uma versão oficial isolasse as mortes como danos inevitáveis de combate. Quando vítimas eram nomeadas e padrões comparados, o que parecia excesso pontual revelava organização.

Guatemala ensina outra lição desconfortável. Uma sociedade pode chamar de segurança aquilo que, na prática, destrói a vida de crianças, velhos e trabalhadores. Pode falar em pacificação enquanto transforma uma aldeia em alvo. O vocabulário muda conforme a época; o direito dos atingidos de contar o que lhes aconteceu deve permanecer maior do que a conveniência do vencedor.

Guatemala as provas de uma ordem

O relatório da comissão guatemalteca não foi apenas um conjunto de lembranças emocionadas. Reuniu testemunhos, padrões e documentos para avaliar como o Estado tratou comunidades maias durante a guerra interna [5]. Arquivos militares relativos à Operación Sofía, estudados pelo National Security Archive, oferecem outra janela para as campanhas na região Ixil [24]. O encontro entre relato de sobreviventes e documento de operação permite perguntar não só o que aconteceu, mas como uma instituição planejou e justificou sua ação.

Um relatório militar pode usar palavras que tornam famílias invisíveis: alvo, zona, operação, controle. A linguagem é útil para quem administra tropas; pode ser perigosa quando apaga a diferença entre uma pessoa armada e uma criança que mora na mesma região. O historiador não deve converter cada palavra oficial em confissão universal, mas também não pode tratar a frieza do documento como prova de neutralidade.

As comunidades maias não eram idênticas entre si e tampouco compartilhavam relação única com atores da guerra. Isso exige localizar os acontecimentos, identificar responsáveis e evitar que um caso regional represente todo o país. A comissão concluiu que houve atos de genocídio em áreas e períodos determinados. A precisão geográfica faz parte da força de sua conclusão.

O risco de destacar a prova militar é fazê-la ocupar o lugar de testemunhos indígenas. Documentos de comando mostram decisões de quem tinha armas; sobreviventes mostram consequências que o comando podia não querer registrar. Nenhuma forma de evidência substitui integralmente a outra. Quando ambas convergem, tornam mais difícil declarar que uma aldeia destruída foi apenas efeito não planejado de combate distante.

O proprietário beneficiado pela guerra nem sempre figura no registro da unidade militar. Para identificar vantagens fundiárias posteriores, é necessário trabalho adicional em cadastros, deslocamentos e decisões economi-

cas. Não é honesto deduzir automaticamente um beneficiário individual a partir de cada ataque. O vínculo estrutural entre desigualdade agrária e violência, porém, deve ser investigado justamente porque os documentos de combate raramente se ocupam dele.

Mesmo quando os crimes chegam a comissões e tribunais, o registro público não restitui uma casa destruída. Pode, no entanto, impedir que a acusação de genocídio seja apresentada como invenção tardia sem base. É preciso preservar a documentação e proteger pessoas que ainda podem sofrer por falar. A verdade histórica é uma prática continuada, não um arquivo que se fecha com a última página de um relatório.

Colômbia guerra dentro de territórios vivos

A história indígena da Colômbia contemporânea não cabe em uma linha que sai diretamente do século XVI e chega a um conflito recente. Comunidades tiveram relações distintas com repúblicas, mercados locais, igrejas e projetos de infraestrutura. A longa guerra interna acrescentou novas camadas de ameaça a povos cujos territórios já eram disputados. O relatório da Comissão da Verdade colombiana oferece uma seção específica para povos étnicos e suas resistências [17]. Sua existência reconhece que o dano não pode ser inferido apenas do número nacional de combatentes mortos.

Um território atravessado por atores armados muda de funcionamento antes mesmo de uma batalha. Pode haver proibição de circular, recrutamento, ameaça a autoridades tradicionais e interrupção de escolas e roças. Quando a comunidade precisa escolher entre permanecer sob risco ou deixar a própria terra, o deslocamento forçado torna-se uma forma de expropriação. Outros podem ocupar ou explorar o lugar posteriormente; o vínculo entre causa e benefício deve ser investigado em cada caso.

Nem todo ator armado defendia os mesmos interesses e nem toda violência territorial foi financiada por um mesmo grupo de elites. Houve conflitos entre guerrilhas, forças estatais, paramilitares e organizações locais. Uma acusação genérica contra “os ricos brancos” apagaria as responsabilidades concretas que a comissão procurou distinguir. Ainda assim, disputas por corredores econômicos, recursos e controle de áreas habitadas por povos indígenas são parte da investigação.

As comunidades não aguardaram passivamente o fim da guerra. Organizaram guardas indígenas, assembleias, mecanismos de denúncia, retorno e negociação. Esses processos podem divergir entre si. São formas políticas contemporâneas que respondem tanto a ameaças armadas quanto ao desejo de manter decisões coletivas sobre território. Falar só de vítimas obscurece as instituições que impedem a destruição total.

O testemunho tem condições difíceis. Uma pessoa que denuncia grupos ainda presentes corre risco; quem abandona o território perde contato com lugares e documentos; arquivos oficiais podem classificar um desaparecimento sem registrar a identidade coletiva de sua comunidade. Investigar a violência indígena exige cuidar da segurança de quem fala e da forma pela qual um relatório organiza o que recebeu.

A Colômbia mostra que a expressão “pós-colonial” não significa fim da apropriação territorial. O Estado independente pode criar direitos, as comunidades podem conquistá-los, e ainda assim atores armados podem impedir seu exercício. A distância entre norma e segurança efetiva mede o tamanho do problema. Um direito de permanecer na terra precisa existir também nos caminhos usados para chegar a ela.

Yanomami quando o minério chega antes do socorro

Na terra indígena Yanomami, no Brasil, o garimpo ilegal alterou rios, aumentou pressões de saúde e levou o país a reconhecer uma crise humanitária em 2023. Os relatórios e ações oficiais posteriores registram tanto as consequências da invasão quanto iniciativas de resposta [18]. A situação não deve ser tratada como repetição literal de uma campanha colonial do século XVI. Possui agentes, leis, tecnologia e formas de resistência próprias do presente. É precisamente por isso que incomoda: os mecanismos de gan-

har com a vulnerabilidade indígena continuam capazes de se reorganizar.

O minério tem uma cadeia comercial. Nem todas as pessoas que entram no território ficam ricas; muitos trabalhadores da extração também são vulneráveis. A possibilidade de vender o ouro, financiar equipamentos e escoar a produção, porém, requer intermediários e mercados. Concentrar toda a indignação no garimpeiro visível pode deixar sem investigação quem deu capital e quem lucrou com o produto já distante do lugar onde foi extraído.

A morte evitável pode resultar de uma sequência. A água contaminada e a piora da alimentação enfraquecem pessoas; uma pista clandestina leva circulação e doenças; atendimento público chega tarde; malária e desnutrição se tornam mais difíceis de tratar. Cada etapa necessita evidência própria. O fato de não existir um único assassino com arma na cena não torna o resultado indiferente às escolhas humanas.

É igualmente necessário olhar o que o Estado faz depois de reconhecer uma emergência. Operações para retirar invasores, manter atendimento e reparar danos não podem ser avaliadas apenas por uma manchete ou por um indicador isolado. A continuidade do cuidado depende de logística, pessoal, confiança e da participação das comunidades na decisão sobre prioridades. Uma estatística de melhoria pode ser real e ainda conviver com necessidades não atendidas.

Não se deve transformar pessoas Yanomami em fotografias de uma crise para uso passageiro do público. Suas próprias organizações têm posições sobre território, presença de intrusos e assistência. A história deles precede 2023 e continua depois do ciclo de notícias. O respeito ao testemunho inclui deixar espaço para que definam o que consideram proteção e como desejam recebê-la.

O caso revela o custo de dizer que a riqueza extraída pertence simplesmente a quem conseguiu chegar primeiro. A terra possui proteção reconhecida e habitantes que não a ofereceram ao mercado. Se o ganho exige romper essa proteção e aceita a deterioração da vida coletiva como efeito colateral, chamá-lo de empreendimento não altera a natureza do ato.

PARTE II ESTADOS UNIDOS E CANADÁ

Capítulo 9 Nações antes das fronteiras

Os povos que a fronteira apagou do mapa

Quando a futura nação dos Estados Unidos ainda não existia, o território que hoje cobre seu mapa abrigava sociedades com formas distintas de governo, circulação e pertencimento. O mesmo vale para as terras hoje chamadas Canadá. A palavra “tribo”, quando imposta de fora, às vezes reduziu redes políticas complexas a unidades administrativas convenientes para agentes coloniais. Havia confederações, vilas, nações de línguas diferentes, acordos so-

bre caça e agricultura, diplomacia entre vizinhos e conflitos próprios. Os habitantes não se pensavam como uma nota de rodapé de um país que ainda não fora fundado.

A presença de sistemas políticos anteriores é decisiva para interpretar os tratados posteriores. Se um governo negocia limites, passagem ou coexistência com uma nação indígena, reconhece na prática que a terra não é vazia. Pode violar o pacto anos depois; não pode alegar que negociava com um cenário. O arquivo diplomático do século XVIII e XIX mostra justamente essa contradição: soberania indígena reconhecida quando útil e diminuída quando terras se tornavam desejáveis para colonos.

As economias do continente também eram múltiplas. O cultivo do milho e de outras plantas, a pesca, o comércio regional, as travessias de pradarias e rios eram atividades históricas, fruto de conhecimento acumulado. Nenhuma delas precisava reproduzir uma escritura individual para constituir uma relação legítima com o território. A retórica colonial do “uso produtivo” elegeu a agricultura europeia sedentária como prova de propriedade e retirou do campo de visão outras maneiras de manejar ecossistemas.

Um mapa posterior tem a vantagem política de parecer definitivo. Nomes oficiais cobrem nomes anteriores; fronteiras nacionais dividem parentes e rotas; a cor uniforme da cartografia esconde séculos de negociação e conquista. Quem aprende apenas onde terminam as províncias não vê onde começa a decisão que as desenhou. O livro acom-

panha esses mapas de trás para frente: pergunta por quem habitava cada região antes que outro grupo transformasse sua ocupação em “problema indígena”.

Nem toda população indígena era aliada de outra. Não se deve romantizar uma harmonia continental anterior à colonização. Rivalidades, guerras e desigualdades existiam. A existência de conflitos locais, porém, não valida a apropriação posterior por impérios europeus e Estados nacionais. O argumento segundo o qual “eles também guerrearavam” confunde a presença universal de conflito humano com uma autorização perpétua para expulsar povos de suas terras.

A leitura começa por essa recusa: a história da morte não transforma os mortos em pessoas sem história. Diante de um terreno que o colonizador descreveu como oportunidade, havia famílias capazes de indicar o nome do rio, lembrar obrigações com vizinhos e decidir como viver. A violência não levou somente bens. Atacou a capacidade de uma comunidade permanecer autora da própria geografia.

Contato e doença na América do Norte

A chegada europeia não produziu uma epidemia única e simultânea do Ártico ao México. As doenças viajaram por portos, rotas de comércio, deslocamentos e contatos entre comunidades em épocas diferentes. Às vezes chegaram antes de uma expedição militar; em outras acompanharam guerra e ocupação. Quando uma série de surtos alterou a

demografia de determinada região, os colonizadores que vieram depois puderam interpretar uma paisagem transformada como se sempre tivesse sido pouco povoada.

A doença não era propriedade moral de um povo. Uma epidemia não prova por si só intenção de matar. Mas pessoas e governos decidiam como agir quando a mortalidade se tornava conhecida: podiam continuar exigindo trabalho, deslocar comunidades, retirar alimento ou invadir terras de sobreviventes. O agente biológico e a escolha política pertencem a planos diferentes. Separá-los é necessário para compreender a história; isolá-los por completo é uma maneira de esconder o que a ocupação fez para agravar a perda.

Atribuir a toda epidemia o mesmo índice de mortalidade também seria incorreto. A vulnerabilidade, as redes de cuidado, o momento do contato e as condições materiais variavam. Os totais continentais de Koch e colaboradores [1] sintetizam uma crise gigantesca por meio de estimativas; não permitem escrever uma taxa exata ao lado de cada povo do Norte. A sedução de uma cifra uniforme é grande porque facilita a manchete. O preço é apagar as trajetórias que poderiam explicar por que dois lugares tiveram resultados diferentes.

O impacto social de uma epidemia ultrapassa a contagem de óbitos. Se cultivadores não conseguem colher, a estação seguinte se torna mais difícil. Se uma pessoa responsável por ensinar uma língua, um rito ou um caminho

morre, o aprendizado precisa encontrar outra forma. O golpe recai sobre uma rede de obrigações. Sobreviventes podem reconstruí-la, mas não por isso sofreram uma perda menor. A continuidade de um povo não é prova de que a ruptura foi pequena.

O colonizador podia transformar a morte em título de posse. Um assentamento recém-dizimado era descrito como abandono, e abandono como disponibilidade. O salto escondia as causas e ignorava os parentes vivos que conservavam vínculos com o lugar. Essa foi uma das operações mais eficazes da conquista: tratar a ausência criada pela calamidade como se fosse autorização recebida antes dela.

Há outro risco, oposto: tratar doença como metáfora de todo processo colonial. Morte por epidemia, morte por tiro, remoção forçada e política de assimilação não são sinônimos. Precisam ser documentadas e explicadas com suas próprias evidências. Juntas, mostram como a colonização reorganizou radicalmente as condições de vida na América do Norte, mas a palavra “junto” não dispensa a investigação de cada vínculo causal.

O comércio de peles e a diplomacia desigual

Nas áreas setentrionais, o comércio de peles ligou comunidades indígenas, companhias, intermediários e mercados europeus. Ao contrário da fantasia de um contato que começa e termina com batalha, muitas relações iniciais

exigiam negociação prolongada. Comerciantes precisavam de conhecimentos indígenas para navegar rios, obter mercadorias e sobreviver ao inverno. Alianças matrimoniais, parcerias e dependências recíprocas deram forma a uma fronteira social complexa.

Essa complexidade não elimina a assimetria que cresceu com a expansão colonial. À medida que mercados externos passaram a orientar escolhas locais, certos animais e rotas ganharam valor distinto. A presença de postos de comércio podia alterar disputas entre vizinhos e concentrar poder em quem controlava crédito, armas ou transporte. Empresas tinham interesse em que a produção continuasse e se ampliasse; famílias tinham de equilibrar a demanda de fora com sua própria capacidade de viver no território.

O argumento econômico costuma aparecer vestido de neutralidade. Um preço seria apenas preço, uma dívida apenas dívida, uma concessão apenas contrato. Quem estabelece as condições de cada transação, porém, entra na história. Quando a necessidade de itens comprados e a pressão sobre a terra diminuem a possibilidade de recusar, o pacto comercial deixa de ser simétrico. Ele pode existir juridicamente sem oferecer às partes o mesmo poder real.

Os impérios britânico e francês também negociaram alianças militares com povos indígenas. Uma nação podia usar a rivalidade entre colonizadores para defender seu espaço. Outras avaliavam riscos de proximidade ou resistência. A política indígena não era resposta automática a ini-

ciativas europeias. Ela tinha objetivos próprios. Ao mesmo tempo, a vitória de um império sobre outro frequentemente alterava o valor que o vencedor atribuía aos compromissos assumidos com aliados indígenas.

As companhias de peles anteciparam um padrão posterior: uma sede distante tomava decisões cuja consequência mais severa recaía sobre rios e aldeias que seus diretores talvez nunca vissem. Dividendo, monopólio e rota comercial eram conceitos formais; ao chegar ao território, tornavam-se pressão por trabalho, dependência de abastecimento e disputa sobre a circulação de pessoas.

Não há uma única narrativa de furto que explique todo o comércio de peles. Algumas comunidades obtiveram ganhos, mantiveram autonomia por muito tempo e conseguiram escolher parceiros. O problema histórico aparece quando esse comércio integra uma ocupação crescente e a capacidade indígena de renegociar diminui. A violência nem sempre começa com um ataque. Às vezes começa quando já não é possível dizer não sem perder as condições materiais de continuar vivendo.

Capítulo 10 Tratados e colonização atlântica

A palavra tratado e a terra que restou

Um tratado é uma promessa escrita em um idioma, sob regras de interpretação e em circunstâncias políticas específicas. Nos territórios que se tornaram Estados Unidos e

Canadá, tratados coloniais e nacionais aparecem em uma longa história de alianças, cessões, reservas e conflitos. Parte da opinião pública os trata como episódios de passado encerrado. Para as nações signatárias, podem ser a prova de que direitos atuais não foram concedidos como favor: foram negociados como compromissos.

É preciso ler cada documento sem transformar todos em uma mesma peça. Houve acordos negociados sob pressão militar, traduções contestadas, promessas de proteção e compensações que não chegaram na forma prometida. Também houve reivindicações indígenas sustentadas durante gerações com base na própria leitura do texto. Uma assinatura isolada não informa se a comunidade inteira podia discordar, se o intérprete transmitiu a mesma condição às partes ou se o Estado cumpriu seu lado.

A expansão de colonos produzia um ciclo previsível. Primeiro vinham pedidos de acesso; depois uma linha de ocupação passava a ser tratada como fato consumado; em seguida uma nova negociação prometia resolver o conflito cedendo mais terra. Ao fim, a redução territorial podia ser apresentada como escolha indígena, embora tenha surgido da impossibilidade prática de fazer valer o compromisso anterior. O processo exigia atos administrativos repetidos, e não apenas a vitória decisiva de uma batalha.

Quem acumulava terras lucrava também com o tempo. O colono podia permanecer, cercar, colher e transmitir o lote enquanto a disputa era julgada. A comunidade re-

movida precisava sobreviver fora do lugar cuja posse tentava defender. A lentidão da justiça tinha efeitos materiais e favorecia quem já controlava o chão. É por isso que a história de um tratado pertence à história econômica tanto quanto à diplomática.

O Canadá construiu parte de sua autoridade territorial por negociações e tratados em regiões extensas. Isso não autoriza descrever todos os acordos como simples imposições, tampouco presumir que os representantes indígenas entendiam uma cessão definitiva da mesma maneira que os negociadores da Coroa. As diferenças de linguagem política e concepção de uso da terra têm de ser consideradas em cada caso. Onde a interpretação permanece disputada, a segurança de um título posterior não apaga a disputa anterior.

Os Estados Unidos preservaram arquivos de tratados ao mesmo tempo que suas políticas deslocaram povos para longe de áreas cobiçadas. A coexistência de assinatura e expulsão é um fato político eloquente. Se uma república prometia reconhecer a relação de uma nação indígena com seu território e depois abriu essa área aos próprios cidadãos, o documento não virou passado; virou testemunha da decisão de quebrá-lo.

Nova Inglaterra a terra negociada e disputada

Os assentamentos ingleses na costa atlântica cresceram mediante compras, acordos e guerras que variavam de uma

colônia para outra. Falar em uma única chegada inglesa apaga as nações que negociaram sob condições diferentes. Para determinados líderes indígenas, o comércio com estrangeiros podia oferecer armas, parceiros políticos ou uma forma de enfrentar rivais. Isso não é consentimento para que a presença inicialmente limitada se tornasse controle sobre rios, campos e governos.

O contrato de compra exigia tradução entre maneiras diferentes de conceber uso do território. Uma parte podia supor que adquiria posse exclusiva e perpétua; outra podia entender que autorizava ocupação compartilhada ou parceria sob obrigações. Não se deve presumir que todo acordo teve esse problema, mas é indispensável investigá-lo quando o conflito posterior põe em disputa o que se havia prometido. A redação preservada pela autoridade colonial é apenas uma parte da prova.

O crescimento da população colonial alterava a força de cada interpretação. Uma vila de recém-chegados podia prometer convívio; dezenas de anos depois, seus descendentes dispunham de soldados, tribunais e um comércio que tornava o acordo inicial difícil de contestar. A diferença entre o momento da assinatura e o momento de sua execução é um dos motores da ocupação. O poder de reinterpretar o passado aumenta com o número de pessoas que já se instalaram sobre a terra.

A agricultura colonial não introduziu a ideia de cultivar no continente. Em muitas regiões, encontrou campos e téc-

nicas indígenas. Transformou, porém, a delimitação de áreas em requisito de reconhecimento jurídico segundo seus próprios tribunais. Essa escolha legal favorecia proprietários que conheciam o procedimento e desvalorizava práticas que dependiam de rotação, circulação e relação coletiva com cursos d'água.

Epidemias e guerras fragmentaram comunidades de maneiras diferentes. Colonos frequentemente falavam de “abandono” após surtos, como se parentes vivos não conservassem vínculos e direitos. Uma história séria pergunta onde foram os sobreviventes, que alianças procuraram e que registros os descrevem depois do momento em que outra pessoa ocupou o terreno.

O Atlântico Norte lembra que a conquista nem sempre possui um fundador único ou um dia de vitória. Pode ocorrer por sucessivas escrituras, cercas, doenças e decisões judiciais. Quando chega a guerra, muitas vezes um processo de redução territorial já está em curso. A paz anterior não foi necessariamente uma paz justa; às vezes foi o intervalo em que a perda aprendia a falar a língua da lei.

Pueblo 1680 e a possibilidade da expulsão

Em 1680, comunidades Pueblo organizaram uma revolta que expulsou temporariamente o poder colonial espanhol de parte do atual Novo México. O episódio impede que a história continental seja contada como uma marcha contínua e irresistível dos colonizadores. A coalizão, os planos

e a coordenação mostram capacidade política indígena, ainda que as comunidades envolvidas não formassem um grupo sem diferenças. A resistência exigiu decisões difíceis, e seu êxito não se reduz à imagem romântica de um único herói.

Pressões sobre práticas religiosas, trabalho e autonomia ajudaram a criar as condições para a revolta. Quando uma autoridade estrangeira tenta regular não apenas a produção mas a forma de celebrar, ela se torna presente nos espaços mais íntimos da vida pública. O conflito não era simples disputa por quem cobraria impostos; era também disputa por quem teria o poder de definir o que uma comunidade podia continuar sendo.

O retorno posterior da autoridade espanhola não anula os anos de ruptura. Para quem estuda impérios, esses anos revelam algo que os relatos de vitória definitiva escondem: a conquista necessitava de aliados, infraestrutura e manutenção. Podia ser interrompida quando suas imposições produziam resistência organizada. A história de uma ocupação não é apenas a história de seu sucesso final; é o registro dos momentos em que suas pretensões encontraram limites.

Também a experiência Pueblo não autoriza generalizar uma estratégia a todos os povos das Américas. Geografia, relações entre comunidades e presença militar importavam. Uma fuga possível em determinado vale poderia não ser possível em uma ilha cercada por tropas ou em uma região

onde a doença já havia reduzido drasticamente a população. Explicar resistência envolve condições, não apenas coragem.

Ao incluir esta revolta em um livro sobre morte, evitamos um erro narrativo. Se cada capítulo termina com vítimas, o leitor pode imaginar que todos os povos foram objetos imóveis de uma força estrangeira. O passado oferece inúmeras respostas indígenas, inclusive vitórias parciais. O reconhecimento delas não diminui o custo humano de guerras e coerções que as precederam e sucederam.

A lembrança de 1680 continua politicamente significativa. Ela demonstra que direitos e práticas defendidos no presente têm uma genealogia longa de afirmação própria, e não surgiram de benevolência tardia de um Estado. Uma comunidade que expulsa o governo colonial por um período prova de maneira inequívoca que sabia que vivia em sua terra antes de qualquer concessão legal de outra autoridade.

Capítulo 11 Guerra missões e remoção

Haudenosaunee alianças partidas pela guerra

A confederação Haudenosaunee participou de uma longa diplomacia no nordeste da América do Norte antes e durante a guerra de independência dos Estados Unidos. A guerra pressionou nações e comunidades a decidir relações com lados coloniais em conflito. Não houve uma única

vontade indígena que possa ser atribuída a todos. Escolhas distintas tiveram consequências familiares e territoriais profundas. A imagem escolar de britânicos contra patriotas oferece pouco espaço para a política de quem já vivia na região.

Quando uma república se proclama livre e destrói recursos de povos que não aceitaram seu projeto, sua ideia de liberdade mostra limites territoriais. Campanhas militares dirigidas contra aldeias e plantações atingiram meios de subsistência, não apenas combatentes armados. A capacidade de continuar vivendo durante o inverno dependia de colheitas e abrigos; destruí-los transformava a estação seguinte em instrumento de coerção.

Uma aliança militar com britânicos não significa que a comunidade desejasse ser colônia britânica por toda a eternidade. Podia ser estratégia diante da expansão de colonos, acordo com base em promessas ou decisão tomada dentro de uma política própria. Reduzir a escolha a lealdade ingênua a uma potência europeia apaga por que o futuro governo americano também era visto como ameaça territorial.

O fim da guerra não devolveu automaticamente a situação anterior. Tratados e fronteiras posteriores incorporaram resultados militares. Famílias precisaram se mover e refazer relações em lados diferentes de uma fronteira que ainda se consolidava. A distância entre vitória nacional e perda indígena é particularmente nítida: a festa de inde-

pendência de alguns coincidia com redução da capacidade de outros para decidir onde morar.

Os arquivos militares registram ordens, rotas e destruição de recursos. Histórias Haudenosaunee podem mostrar o que esses documentos não pretendiam dizer sobre continuidade política e parentesco. Usar ambas as perspectivas permite compreender a dimensão da campanha sem converter a confederação em peça secundária da guerra de outro povo.

A independência americana não foi fraude em todos os seus sentidos; alterou profundamente instituições e possibilidades políticas. Também não foi liberdade universal. Um livro de todas as Américas precisa sustentar essas duas proposições ao mesmo tempo e perguntar como uma república pôde fundar-se defendendo direitos enquanto novas gerações de seus cidadãos avançavam sobre direitos anteriores.

As missões da Califórnia antes do ouro

A violência colonial na Califórnia não começou com a corrida do ouro. Durante o período espanhol, missões reuniram indígenas sob projetos de conversão e trabalho que alteraram mobilidade, parentesco e relação com o território. Os estabelecimentos diferiam em história local; todos exigem perguntar como as pessoas chegaram, se podiam sair e quem controlava seus dias. A arquitetura preservada cos-

tuma receber mais atenção turística do que o destino de quem a construiu e habitou.

Um edifício belo pode ser produto de trabalho imposto. Isso não permite deduzir que cada objeto religioso foi sentido do mesmo modo por todos os indígenas presentes; houve contatos, adesões, fugas e resistências diferentes. A análise histórica pede mais do que um juízo sobre a intenção dos missionários. Pede examinar mortalidade, coerção, disciplina cotidiana e mudanças na economia local.

As missões tinham capacidade de deslocar famílias para ambientes nos quais doenças circulavam de forma distinta. Novos regimes de trabalho e alimentação podiam agravar vulnerabilidades. Para afirmar a dimensão de uma epidemia em determinada missão, são necessários seus registros e as pesquisas que os comparam. A tese geral não substitui o arquivo local. O que pode ser dito sem extrapolação é que a reorganização compulsória da vida afetou a capacidade das comunidades de escolher como proteger seus membros.

A política missionária também mudou a educação de crianças. Ensinar a língua colonial e punir práticas consideradas inadequadas podia servir a um projeto de conversão cultural de longo prazo. A criança que conhece duas línguas por escolha familiar vive uma realidade diferente daquela que é impedida de usar a primeira. A forma de imposição, e não a simples presença de outra cultura, define o problema.

Quando o governo da região mudou, os bens e terras associados às missões não voltaram automaticamente às comunidades de origem. Outros agentes passaram a disputar sua distribuição. Essa transição liga a colonização espanhola à sociedade que, mais tarde, receberia a corrida do ouro. É um equívoco falar da violência californiana apenas em termos de garimpeiros e milícias, como se sua economia começasse do zero em 1848.

Os descendentes dos povos afetados continuam interpretando missões como partes de uma história viva, não só como ruínas patrimoniais. Um museu pode mostrar o altar e ainda falhar se não pergunta quem perdeu acesso à costa ou a um vale para que a instituição se estabelecesse. A beleza preservada não pode ocupar todas as paredes da memória.

A remoção Cherokee

Em 1830, a legislação federal dos Estados Unidos criou o caminho político para retirar nações indígenas de territórios a leste do Mississippi. A medida foi defendida como solução administrativa para o avanço dos estados e colonos; para as comunidades afetadas, significava deixar terras onde viviam, cultivavam e mantinham instituições. A chamada Trilha das Lágrimas não foi uma caminhada espontânea para uma vida melhor. Foi uma expulsão realizada sob autoridade estatal [9].

O caso Cherokee expõe a insuficiência da explicação segundo a qual somente povos que não se adaptaram às instituições dos Estados Unidos teriam perdido terras. Os Cherokee possuíam governo, produção agrícola, imprensa, vida política e instrumentos jurídicos. A pressão para ocupar seu território continuou. O problema não era a ausência de organização que colonos reconhecessem. Era que a organização Cherokee continuava reivindicando um lugar que outros queriam para si.

Em 1838, forças militares obrigaram mais de quinze mil Cherokee a deixar suas casas, segundo síntese do Serviço Nacional de Parques [9]. Famílias foram confinadas antes da viagem e enfrentaram fome, doenças, clima e deslocamento. Estimativas de mortes diferem entre estudos; é comum encontrar a cifra de cerca de quatro mil. O ponto documental mais importante é que as mortes não ocorreram em um passeio mal planejado. A obrigação de partir foi uma escolha governamental, apoiada pela pressão de interesses fundiários.

Não se pode chamar a remoção apenas de “conflito cultural”. Essa expressão faz parecer que dois modos de vida se tocaram e recuaram por incompatibilidade natural. O que houve foi a capacidade de uma república de levar soldados a casas alheias e determinar qual população ficaria com a terra. Havia contestação política e judicial; não faltaram vozes que reconheciam a injustiça. A resistência ao

plano prova que havia alternativas conhecidas naquele próprio tempo.

A travessia não encerrou a história Cherokee. Sobreviventes estabeleceram instituições em novos lugares; outros permaneceram ou retornaram por trajetórias distintas. Apagar essa continuidade reproduziria a violência da remoção no relato. Uma comunidade expulsa pode perder enormemente sem deixar de existir, e sua persistência não torna justa a expulsão.

O ganho de terceiros ajuda a explicar a tenacidade da política. Terra ocupada por Cherokee podia se converter em fazenda, mina, cidade, herança e crédito. A distância entre esse ganho e a morte na estrada permitiu que a expansão fosse celebrada como crescimento nacional. Cada propriedade recém-registrada carregava uma pergunta que poucos compradores queriam ouvir: quem precisou sair para que este título tivesse valor?

Capítulo 12 A conquista militar do século XIX

A Califórnia do ouro e do sangue

A descoberta de ouro na Califórnia em 1848 acelerou migração e disputa pelo território. É tentador contar a corrida do ouro como uma história de homens pobres enriquecendo por sorte. Para comunidades indígenas, a chegada de milhares de garimpeiros, a apropriação de recursos e as milícias trouxeram violência de outra ordem. Alguns

ficaram ricos; muitos buscaram apenas sobreviver; os povos que já habitavam rios e vales foram postos diante de uma expansão que quase nunca lhes perguntou o que desejavam.

A violência incluiu ataques, sequestros, trabalho forçado e políticas estaduais que favoreceram a perseguição. Empregar a palavra genocídio para a Califórnia não é aqui um efeito de manchete. O próprio governo estadual reconheceu em 2019 o genocídio cometido contra povos nativos e publicou um pedido formal de desculpas [10]. Esse reconhecimento tardio não substitui a investigação dos episódios, dos grupos atingidos e das responsabilidades específicas.

O Estado não precisa puxar todos os gatilhos para tornar uma matança possível. Pode financiar, legalizar ou deixar agir grupos que se encarregam do ataque. Pode reconhecer a propriedade do recém-chegado e exigir da comunidade anterior uma prova impossível de produzir sob cerco. Pode escolher funcionários que tratam a denúncia indígena como obstáculo. Em cada caso, convém buscar os documentos concretos; o mecanismo geral mostra por que a soma de crueldades privadas é também uma história pública.

O ouro deixava marcas fora dos campos de extração. Comércio, transporte e investimento dependiam da expectativa de ocupação permanente. Quem negociava ferramentas e títulos podia não presenciar um massacre, mas

ganhava com a segurança territorial produzida pela expulsão. A pergunta sobre benefício não estabelece automaticamente culpa criminal individual. Ela revela uma estrutura em que a economia de muitos passava a depender de que alguns perdessem a possibilidade de permanecer.

A expressão “fronteira aberta” era especialmente cruel nesse contexto. Aberta para quem? Uma região em que nações indígenas viviam era considerada vazia de direitos quando os seus não eram os direitos reconhecidos pelos tribunais e escritórios do novo poder. O mapa econômico ampliava sua área disponível à medida que diminuía a área onde vidas indígenas tinham proteção efetiva.

As comunidades da Califórnia sobreviveram e continuavam reivindicando território, preservação linguística e reconhecimento. Apresentá-las somente como vítimas de uma era do ouro apagaria o trabalho político de seus descendentes. A obrigação de conhecer o passado não termina no pedido oficial de desculpas. Começa a ser testada quando o conhecimento muda decisões sobre terras, educação e memória pública.

Sand Creek e a fabricação de uma vitória

Na manhã de 29 de novembro de 1864, tropas do Colorado atacaram um acampamento Cheyenne e Arapaho junto a Sand Creek. O Serviço Nacional de Parques preserva e interpreta o local como massacre, não como batalha heroica [11]. A escolha do nome importa. Chamar civis e famílias

de inimigos indistintos pode transformar uma operação contra pessoas vulneráveis em façanha militar nas comemorações dos vencedores.

As relações que precederam o ataque envolviam guerra, negociações, promessas de proteção e tensão no território. Reduzir o episódio a uma cena isolada de violência individual esconderia as decisões políticas que o cercavam. Tampouco é necessário atribuir a cada soldado uma mesma motivação íntima. A responsabilidade pública se mede também pela ação da unidade, pelo comando e pelo destino dado às pessoas que tinham razões para acreditar que poderiam permanecer onde estavam.

Os alvos incluíram mulheres, crianças e idosos. Isso desmente a linguagem de combate equivalente entre duas forças. Para compreender a escala da violação, o leitor deve olhar tanto para o número de mortos — estimativas variam conforme a documentação — quanto para a destruição de segurança política. Um acampamento atacado depois de contatos com autoridades mostra que uma promessa oficial pode perder valor exatamente quando uma comunidade mais precisa dela.

O massacre pode ser contado como resultado de ódio racial, ambição por território e cultura militar de uma fronteira em expansão. Não precisamos escolher uma causa única. A pressão de colonos por circulação e segurança de seus assentamentos alimentava a identificação de povos indígenas como ameaça, mesmo quando famílias específicas

buscavam negociação. O ataque podia, assim, ser apresentado a parte do público como remoção de um problema, e não como criação de uma tragédia.

A memória posterior disputou o nome e o sentido do ocorrido. Testemunhas, investigações e descendentes impediram que a versão glorificadora permanecesse sozinha. Um sítio histórico nacional não restitui vidas. Oferece, quando a interpretação é cuidadosa, espaço para admitir que a vitória narrada por autoridades foi a perda irreversível de famílias inteiras.

Sand Creek pertence à história nacional americana porque expõe quem recebia o direito de ser protegido quando a expansão territorial se apresentava como destino. Uma sociedade que exige dos habitantes originários a confiança em tratados, bandeiras e negociações não pode tratar a destruição de um acampamento sob essas promessas como um acidente sem relação com suas instituições.

Dakota guerra e punição coletiva

A guerra de 1862 entre forças dos Estados Unidos e grupos Dakota em Minnesota não pode ser contada como se tivesse começado no dia do primeiro ataque. Tratados, redução territorial e dificuldades na entrega de recursos prometidos são parte da história. Também há civis mortos em diferentes lados, cuja existência não deve ser escondida para tornar a narrativa mais simples. O que pede atenção

adicional é como o Estado escolheu responder e quais pessoas passaram a carregar a culpa de um conflito inteiro.

Quando uma população é transformada em categoria coletiva de perigo, mulheres, crianças e pessoas que não participaram de combate podem sofrer detenção, fome e deslocamento. A investigação deve separar ações individuais de punições dirigidas a grupos inteiros. A presença de violência de combatentes indígenas não dá a autoridades licença ilimitada para tratar todos os membros de uma nação como autores de um mesmo ato.

Após a guerra, processos militares e decisões de punição tornaram visível a diferença entre justiça e demonstração de força. A rapidez, as garantias de defesa e a situação linguística dos acusados importam para julgar esses procedimentos. Uma sentença pode aparecer em papel oficial e ainda exigir perguntas sobre a possibilidade real de compreender a acusação e responder a ela.

Para colonos, o conflito foi vivido com medo e perdas. Reconhecer essa experiência não elimina o contexto de ocupação e tratados. Uma história que conta apenas o pavor dos recém-chegados e não a fome ou as exigências feitas aos Dakota cria uma narrativa em que a violência começa quando os dominados reagem. O passado completo é mais desconfortável e exige lugar para vítimas de mais de uma comunidade sem equiparar os poderes dos governos envolvidos.

Depois da campanha, a redistribuição de terra e a remoção ampliaram as consequências. O ganho econômico não explica cada decisão em batalha, mas importa para compreender o efeito territorial do desfecho. O mapa alterado não foi mero registro de um conflito encerrado; incorporou uma escolha sobre quem poderia continuar no lugar.

Não há aprendizado em chamar todo o episódio de guerra inevitável. Tratados poderiam ser cumpridos; escassez poderia ser enfrentada; julgamentos poderiam respeitar garantias. Examinar as alternativas disponíveis naquele tempo devolve responsabilidade aos agentes, em vez de atribuir tudo a um choque abstrato entre culturas.

Capítulo 13 Búfalos ouro e Wounded Knee

Búfalos e a coerção pela fome

Nas pradarias norte-americanas, a destruição em massa dos búfalos alterou profundamente a vida de nações que dependiam dos animais para alimentação, materiais e relações culturais. A caça industrial, o mercado de couro, as linhas férreas e políticas militares interagiram de maneiras que precisam ser estudadas por região e período. Dizer que cada animal foi abatido por ordem direta do governo simplificaria demais. Negar que a devastação serviu à subordinação indígena simplificaria no sentido oposto.

Uma família cuja forma de subsistência foi atacada perde capacidade de decidir sem necessariamente receber

uma ameaça explícita naquela manhã. Seu futuro passa a depender de rações, postos de distribuição e regras impostas por outra autoridade. É uma violência que começa no ecossistema e termina na mesa vazia. Quando se reduz uma fonte de alimento para obrigar um povo a aceitar confinamento, a fome torna-se instrumento político.

O búfalo não era apenas caloria. A relação com o animal organizava ofícios, deslocamentos, conhecimentos e celebrações. A substituição forçada dessas atividades por dependência administrativa enfraquecia redes de decisão. A perda ambiental, portanto, não é um capítulo lateral da história indígena. Pode ser o mecanismo pelo qual uma potência conquista pessoas que resistiram a suas tropas.

Os interesses materiais não eram homogêneos. Alguns caçadores procuravam lucro imediato; companhias ferroviárias queriam ampliar circulação; autoridades desejavam controlar territórios; colonos imaginavam segurança. A soma das vantagens tornou a destruição difícil de deter. Não é preciso que todos tenham o mesmo plano para que um resultado brutal se consolide. Basta que os custos sejam transferidos continuamente aos mesmos grupos.

Isso ajuda a entender por que a palavra “natureza” pode encobrir política. A diminuição de uma espécie não foi apenas mudança ambiental casual. Houve homens com armas, contratos, rotas de escoamento e decisões públicas que alteraram sua velocidade e seus efeitos. A paisagem

que restou foi usada em seguida para justificar novas regras de vida para povos que nela viviam.

É preciso ouvir histórias das nações das pradarias para não transformar o búfalo em símbolo conveniente de uma tragédia abstrata. Comunidades reconstruíram economias, protegeram tradições e trabalham hoje com recuperação de manadas. Esse trabalho não reverte o século XIX. Mostra que defesa ambiental e autodeterminação indígena continuam relacionadas, não porque os povos tenham um papel místico obrigatório, mas porque territórios e meios de vida não podem ser separados por decreto.

Black Hills o tratado diante da corrida do ouro

As Black Hills têm importância profunda para nações Lakota. O tratado de Fort Laramie de 1868 foi parte de uma negociação política destinada a estabelecer direitos territoriais e interromper conflitos. A descoberta de ouro e a pressão de não indígenas para entrar na região puseram o compromisso sob ataque. É um caso em que um recurso mineral tornou visível a diferença entre a palavra dada pelo governo e sua disposição de mantê-la quando o cumprimento passou a contrariar interesses poderosos.

O garimpeiro individual podia acreditar que buscava sorte em lugar distante. A proteção de uma corrida do ouro, porém, depende de escolhas coletivas. Quem pode circular, reivindicar um lote, expulsar alguém e chamar soldados? A economia do ouro não chega como simples

esperança privada; exige um regime territorial que converta incursão em posse possível. Quando esse regime redefina direitos indígenas assinados pouco antes, a riqueza se torna inseparável da quebra do tratado.

O argumento de que uma área valiosa deveria servir à maioria escondia quem fora incluído na palavra maioria e quem havia sido reconhecido como parte política do acordo. Um direito só é seguro se continua a valer quando outra pessoa descobre que descumpri-lo seria lucrativo. Caso contrário, a assinatura indígena vincula apenas uma parte, enquanto a autoridade dominante mantém para si o privilégio de mudar de ideia.

As guerras que se seguiram envolveram campanhas e batalhas distintas. Não se deve transformar toda resistência Lakota em reação mecânica à descoberta do minério, nem contar cada soldado ou colono como representante de uma única vontade. A documentação dos tratados, dos movimentos de tropas e das disputas sobre território permite analisar atos concretos sem sacrificar o contexto econômico.

A reivindicação sobre as Black Hills não pertence somente ao século XIX. O fato de uma disputa sobreviver por tanto tempo mostra a insuficiência da ideia de que compensação monetária resolve automaticamente uma perda territorial. Para uma nação, o valor de um lugar pode incluir obrigações, história e soberania que não cabem em preço por hectare.

O episódio expõe a fragilidade da palavra “progresso” quando não se pergunta a quem ela serve. Para alguns, uma mina e uma cidade representaram futuro. Para outros, o futuro estava na possibilidade de continuar vivendo sob um tratado que o próprio governo prometera cumprir. A grande escolha moral não foi entre avançar e ficar parado; foi entre respeitar um direito e abrir exceção para quem encontrara ouro.

Wounded Knee e o fim que não houve

Em dezembro de 1890, soldados dos Estados Unidos cercaram um grupo Lakota em Wounded Knee, no atual estado de Dakota do Sul. A operação de desarmamento terminou em massacre. O Serviço Nacional de Parques registra entre as vítimas ao menos dezenas de mulheres e crianças, além de homens [12]. Um número isolado não entrega a cena inteira: pessoas deslocadas, armadas de medo e cercadas por uma força que tinha a iniciativa militar.

Durante muito tempo, a ideia de que Wounded Knee encerrava as “guerras indígenas” ofereceu ao público uma conclusão conveniente. Uma história termina, o mapa parece resolvido e as mortes viram último obstáculo antes da modernidade. Para os Lakota, nada se encerrou naquele dia. Sobreviventes precisaram lidar com perdas, com o confinamento territorial e com instituições dispostas a regular seus movimentos e suas práticas culturais.

A Ghost Dance, movimento religioso e social ligado à esperança de transformação, foi interpretada por autoridades como ameaça. A leitura militar de uma prática espiritual não surgiu no vazio. A fome, o confinamento e a suspeita em torno da autonomia indígena prepararam o terreno para que uma reunião de pessoas fosse lida como risco à ordem. Quando um governo proíbe a uma população o futuro que ela imagina, até uma cerimônia pode ser tratada como indício de rebelião.

As versões sobre como começou o disparo inicial divergem. O desentendimento sobre os segundos iniciais não deveria obscurecer o resultado e a responsabilidade de quem montou a operação. Uma ordem de desarmar e a concentração de armamento militar criaram uma situação em que civis não tinham igualdade de forças nem controle sobre a escalada. A investigação séria admite a incerteza do primeiro tiro sem transformá-la em absolvição automática do planejamento.

O lugar tornou-se memorial e arena de disputa política. Descendentes reivindicam que a história seja contada com as palavras corretas e que a lembrança não sirva para alimentar uma nova celebração militar. Monumentos podem ensinar, mas também podem congelar uma comunidade na cena em que foi atacada. Os Lakota do presente não existem apenas como guardiões de um passado trágico.

Wounded Knee expõe a violência necessária para produzir a expressão “fronteira pacificada”. A palavra sugere

tranquilidade depois de conflito. Pergunta-se pouco quem precisou morrer e quem passou a controlar a terra quando a pacificação foi declarada. É nessa diferença entre a comemoração nacional e a memória das famílias que o livro encontra seu motivo mais persistente.

Capítulo 14 Reservas escolas e tratados canadenses

Reservas e a administração da dependência

Após campanhas de remoção, áreas limitadas foram designadas para muitas nações indígenas nos Estados Unidos e no Canadá. A palavra reserva pode sugerir proteção; em numerosos contextos significou confinamento em fração do território anterior, sob regras estabelecidas por agências externas. Não se tratava de uma experiência idêntica para todos os povos. As dimensões das terras, os tratados e as relações com autoridades variavam. A pergunta comum era quanto poder uma comunidade conservaria para decidir sobre seu espaço.

Quando a fonte de alimentos havia sido reduzida e a circulação restringida, rações distribuídas por agentes do governo assumiam peso político. Um funcionário que controla suprimentos pode exigir comportamentos sem precisar declarar uma nova guerra. A dependência material reduz a margem de recusa. Ao mesmo tempo, a sobrevivência dentro desses regimes exigiu uma política indígena intensa: protestos, acordos, reorganizações familiares e busca contínua por autonomia.

A reserva também se tornou um problema jurídico criado pelas próprias políticas de apropriação. Colocar um povo em área delimitada e depois permitir que estradas, projetos e interesses externos questionem a integridade desse espaço é exigir que ele ceda duas vezes. A primeira cessão produz a reserva; a segunda trata o que restou como oportunidade de desenvolvimento. O título de proteção perde sentido quando pode ser redesenhado sempre que o terreno interessa a alguém mais influente.

É incorreto descrever toda vida em reserva como passividade. Escolas comunitárias, governos próprios, línguas, cerimônias, comércios e disputas internas atravessaram esses lugares. A agência de quem permaneceu não deve ser usada para justificar o confinamento. Ela mostra que pessoas continuaram a construir futuro mesmo quando tinham menos terra e menos liberdade de circulação do que possuíam antes.

Para o proprietário externo, a divisão territorial pode parecer dado administrativo. Para quem percorre rotas herdadas de parentes, uma linha desenhada no mapa corta acesso a locais de pesca, sepultamento ou reunião. O impacto não termina na área retirada medida em quilômetros quadrados. Aparece no custo de manter relações que organizavam a vida coletiva.

A história das reservas é uma aula sobre o poder de transformar violência anterior em normalidade burocrática. Um visitante que conhece apenas o limite contemporâneo

tende a perguntar por que a comunidade exige “mais terra”. O mapa anterior ajuda a formular outra pergunta: por que se considera natural que ela prove repetidamente o direito ao pouco que lhe foi deixado?

A escola que queria substituir uma família

No fim do século XIX e ao longo do XX, o governo federal americano financiou instituições destinadas a afastar crianças indígenas de suas línguas, famílias e modos de vida. O relatório da Federal Indian Boarding School Initiative documenta a extensão dessa política, seus estabelecimentos e mortes identificadas na investigação [13]. Números identificados por uma pesquisa documental não são necessariamente o total de todas as vítimas. O que a documentação mostra com clareza é uma decisão estatal de usar a escola como instrumento de assimilação.

O internato prometia educação, mas frequentemente começava com uma perda imposta: distância de casa, novo nome, roupas determinadas pela instituição, punições por falar a própria língua. A criança que retorna sem poder conversar com os avós não sofreu apenas um dano individual. Toda uma ponte entre gerações foi atacada. A violência da escola pode caber em uma regra cotidiana repetida centenas de vezes sem aparecer em um boletim militar.

Não se deve afirmar que toda pessoa que trabalhou em uma dessas escolas desejava a morte dos alunos. As instituições variaram, e há experiências particulares que ex-

igem pesquisa cuidadosa. A intenção declarada de “civilizar”, porém, era ela mesma uma negação da legitimidade das culturas indígenas. Quando funcionários sabiam que a separação compulsória feria famílias e continuavam a tratá-la como custo aceitável de uma política superior, a distinção entre intenção pedagógica e violência política se torna incontornável.

Os cemitérios e registros incompletos lembram que as escolas também foram lugares de morte. Doença, negligência e condições inadequadas exigem investigação específica em cada estabelecimento. Reduzir todos esses casos a uma única fórmula apagaria as crianças; negar a dimensão sistêmica porque detalhes variam daria às instituições uma inocência que o próprio desenho da política não sustenta.

As famílias resistiram. Algumas esconderam filhos, demandaram retorno, buscaram educação sob condições próprias e sustentaram a transmissão de línguas apesar das proibições. Muitos sobreviventes passaram décadas lutando para que seu testemunho fosse levado a sério. A ideia de que o problema terminou com o fechamento das escolas ignora efeitos sobre parentes, educação e confiança em autoridades que atravessam gerações.

O lucro aqui era indireto e nem sempre individual. Assimilar crianças podia facilitar a dissolução de identidades políticas capazes de reivindicar terras e tratados. Um país que considerava desejável abrir território à colonização tinha interesse em reduzir o número de comunidades re-

conhecidas como povos com direito de dizer não. O internato e o escritório de terras pertenciam, assim, à mesma história mais ampla da ocupação.

Canadá tratados sob fome e expansão

A formação territorial canadense envolveu acordos com numerosas Primeiras Nações. Não se pode apresentar esses tratados como mera cortina de fumaça nem como contratos perfeitos. Representantes indígenas negociaram proteção de meios de vida e continuidade de relações com a terra; representantes da Coroa procuravam consolidar autoridade sobre vastas áreas. O encontro entre essas intenções gerou compromissos escritos cuja interpretação e cumprimento continuam disputados.

Nas pradarias, a mudança acelerada das condições ambientais e econômicas alterou o poder de barganha. Comunidades atingidas pela redução dos búfalos enfrentaram crescente dificuldade para garantir alimento. Negociar em contexto de fome não é igual a negociar diante de possibilidades equivalentes de recusa. Ainda que um representante indígena tenha tomado decisões difíceis e ponderadas, não se deve usar sua assinatura para apagar a estrutura que tornou a escolha tão estreita.

O Estado ganhou a capacidade de distribuir lotes, incentivar assentamentos e afirmar controle sobre corredores de transporte. Investidores e famílias recém-chegadas receberam um horizonte de propriedade que não surgia do

nada. Dependia de redefinir os direitos anteriores. No relato nacional de expansão, o trem e o trigo aparecem como personagens luminosos; o tratado costuma virar letra miúda. Para quem tem de cumprir sua parte do acordo, a ordem de importância é inversa.

As autoridades canadenses também desenvolveram um regime legal que pretendia definir quem seria considerado “indígena” para diversos fins administrativos. O Indian Act consolidou formas de intervenção na vida política e social das comunidades. Ao estabelecer categorias burocráticas, o Estado ganhou poder de decidir quem poderia exercer direitos que existiam antes dele. A lei mudava, mas a pergunta de fundo permanecia: por que uma autoridade externa podia organizar a continuidade de uma nação?

É preciso reconhecer que o Canadá incluiu sociedades indígenas diversíssimas: Primeiras Nações, Inuit e Métis não são um bloco único. Suas relações com colonização, tratados e escolas tiveram percursos distintos. Um capítulo geral precisa deixar essa diversidade visível, não escondê-la sob o conforto de uma única cifra ou de uma única acusação.

A história do tratado exige investigar o que veio depois da cerimônia. Promessas de auxílio e proteção fazem parte do texto; políticas de racionamento, restrição territorial e assentamento mostram como o texto foi vivido. A justiça de um acordo não se comprova apenas pelo documento

preservado no arquivo. Também depende de perguntar a quem serviu seu cumprimento desigual.

Capítulo 15 Resistência Métis e escolas residenciais

Métis em 1885 terra e representação

A resistência de 1885 nas pradarias canadenses envolveu Métis e, em contextos distintos, pessoas de Primeiras Nações. Parks Canada preserva lugares ligados aos combates, entre eles Fish Creek, e registra participantes e datas [27]. Para entender o conflito, não basta descrever a batalha. É preciso olhar a expansão de uma administração que media terras, distribuía títulos e esperava que comunidades já estabelecidas aceitassem decisões tomadas longe delas.

Uma forma de propriedade familiar pode ser legível à comunidade e ilegível ao agrimensor enviado pelo Estado. Quando este passa a decidir o que conta como título, a distribuição de poder muda antes de qualquer disparo. Petições e tentativas de negociação foram parte da política Métis. A existência de resistência armada depois não autoriza apagar os pedidos anteriores nem declarar que todos os problemas poderiam ter sido resolvidos apenas por obediência.

O uso da força provocou mortes e reforçou uma narrativa segundo a qual a ordem nacional venceu a desordem local. Essa descrição torna invisível a pergunta sobre rep-

representação. Quem decidia como o território seria governado? Os habitantes podiam participar em condições reais ou eram convocados a aceitar a resposta já pronta? O conflito é inteligível quando se retorna a essas questões institucionais.

As relações entre Métis e diferentes Primeiras Nações eram variadas. Não se deve fundir seus objetivos em uma suposta frente única. Igualmente, não se deve usar a diferença para negar que os dois grupos enfrentavam a concentração de autoridade territorial no novo Estado. O mapa nacional avançava sobre histórias políticas distintas e podia impor a ambas sua linguagem administrativa.

Depois de um conflito, escolas frequentemente fixam uma personagem histórica como símbolo de toda a comunidade. Isso empobrece a leitura. Lideranças e famílias faziam escolhas diferentes, e a experiência continuou muito depois da morte ou da condenação de figuras conhecidas. A história da terra Métis não pode terminar na biografia de um só homem.

O caso de 1885 lembra que o Estado canadense não se formou apenas por transações pacíficas. Houve desacordos sobre governo, terra e reconhecimento que chegaram às armas. Ao reconhecer isso, não se nega que o Canadá também possui tradição de tratados. Pergunta-se o que acontecia quando uma comunidade dizia que a promessa política não estava sendo cumprida.

O internato canadense e os filhos que não voltaram

Mais de 150 mil crianças de Primeiras Nações, Inuit e Métis passaram pelas escolas residenciais do Canadá, segundo o National Centre for Truth and Reconciliation [14]. Muitas foram separadas de suas famílias por longos períodos; numerosas morreram, e os registros de crianças desaparecidas ainda exigem trabalho de identificação e memória. Esses números não podem ser tratados como resultado de um único massacre. Descrevem uma política de mais de um século, sustentada por instituições públicas e religiosas.

O objetivo expresso de separar crianças de suas culturas é central para compreender a política. Punir uma língua é tentar interromper a transmissão de uma relação com o mundo. Ao impor que alunos deixassem de falar como seus pais e avós, a instituição buscava modificar não apenas comportamentos, mas a continuidade de povos inteiros. A Comissão da Verdade e Reconciliação do Canadá utilizou a expressão genocídio cultural para caracterizar esse intento [14]. É uma qualificação institucional específica, que não deve ser confundida automaticamente com todas as definições penais de genocídio.

As escolas frequentemente foram subfinanciadas, superlotadas e marcadas por maus-tratos. Sobreviventes narraram punições, abuso e solidão. Cada criança viveu uma história particular; a política atingiu também quem esperava em casa, sem notícias ou sem meios de contestar a de-

cisão. A família não perdia somente o período de convivência. Perdia a possibilidade de ensinar e proteger durante anos decisivos.

Quando emergem notícias sobre sepulturas sem marcação e crianças desaparecidas, a obrigação ética é dupla. Deve-se investigar seriamente os registros e os locais, sem converter indícios arqueológicos em números fechados antes de confirmação. Deve-se igualmente impedir que a exigência de identificação individual seja usada para desqualificar os testemunhos acumulados sobre mortalidade, negligência e ocultamento. Rigor e escuta pertencem ao mesmo trabalho.

O reconhecimento oficial chegou tarde. O pedido de desculpas de 2008 e a comissão subsequente resultaram em arquivo, recomendações e alguma reparação. Não constituem, por si sós, conclusão da história. Parte dos sobreviventes não esteve plenamente incluída em acordos iniciais; comunidades continuam trabalhando para localizar filhos e compreender documentos dispersos [14]. Uma política de reconciliação só tem sentido se aqueles que foram obrigados ao silêncio participarem de decidir o que ela significa.

O internato canadense torna impossível dizer que o extermínio de modos de vida foi apenas um pecado distante dos conquistadores ibéricos. Em um Estado moderno, com ministérios, estatísticas e escolas, a tentativa de dissolver identidades indígenas pôde ser apresentada como formação

de cidadãos. Um escritório e uma sala de aula também podem servir à conquista.

Inuit o Norte como território vivido

Ao olhar um mapa do Canadá, o extremo norte pode parecer extensão branca, território de gelo antes de ser território humano. Para os Inuit, esse espaço é feito de rotas, nomes, caça, relações familiares e conhecimento ambiental. A distância entre essas duas leituras abriu caminho para políticas que tratavam deslocamentos e assentamentos como simples organização de população. A escala do mapa estatal escondia a escala das vidas que seriam alteradas.

A expansão de instituições coloniais no Ártico se deu em ritmos diferentes das pradarias. Interesses de soberania, comércio, religião e prestação de serviços participaram de decisões sobre onde as pessoas poderiam viver e de que dependeriam. O detalhe de cada remoção importa e deve ser investigado em documentos e memória comunitária. A característica comum é a capacidade de uma autoridade distante de imaginar uma vantagem administrativa e impor a outro grupo o custo de reconfigurar sua subsistência.

Uma família que se desloca em seu próprio território exerce escolha e conhecimento. Uma família transferida sob pressão para um lugar definido por agentes externos enfrenta outra situação. Confundir mobilidade tradicional com remoção estatal é uma maneira de minimizar a perda. A questão não é se as pessoas se moviam antes; é quem

passou a decidir o sentido, o momento e as condições do movimento.

As escolas residenciais alcançaram crianças Inuit, e o impacto da separação assumiu formas próprias de acordo com língua, distância e redes de parentesco. Muitos documentos oficiais registram matrículas com mais cuidado do que registram o caminho das crianças de volta para casa. A memória dos sobreviventes e de suas comunidades não é ornamento dessas planilhas; é parte da evidência sobre o que a política fez.

O Norte também revela que uma história movida por interesses econômicos não cabe na figura única do fazendeiro branco. Um governo podia buscar soberania territorial; empresas, acesso a recursos; instituições, controle cultural. Os incentivos eram múltiplos. O resultado podia ser uma comunidade com menos poder para decidir sobre a própria terra, ainda que nenhum proprietário individual tivesse ordenado cada etapa.

A vida Inuit no presente contraria a imagem de um povo dissolvido pelo gelo ou pela administração. Reivindicações de território, instituições próprias e continuidade linguística mostram que a história da violência é também história de capacidade política. A obrigação de lembrar uma remoção não transforma seus descendentes em personagens condenados a apenas lembrar.

Capítulo 16 Norte e repartição das terras

Métis uma história que não cabe na fronteira binária

Os Métis desenvolveram comunidades e formas políticas próprias em regiões da América do Norte atravessadas por redes de comércio, parentesco e colonização. Reduzi-los a categoria intermediária entre “branco” e “indígena” apaga sua história. Têm identidades coletivas, vínculos territoriais e reivindicações que não podem ser deduzidos de uma simples classificação racial externa. Em muitas narrativas da expansão, entretanto, aparecem apenas quando um governo tenta medir ou administrar terras.

Os conflitos em torno da região do Rio Vermelho e de outras áreas mostram como decisões tomadas entre autoridades coloniais podiam ignorar comunidades que possuíam instituições locais e entendimentos próprios sobre ocupação. A criação de uma nova ordem administrativa não fazia surgir, como por encanto, consentimento daqueles cujo futuro passaria a ser regulado por ela. Negociação, resistência e disputa jurídica atravessaram a formação do Canadá.

A propriedade era uma das chaves do conflito. Sistemas diferentes de descrever parcelas e pertencimento foram confrontados com exigências de registro e títulos reconhecidos pela nova administração. O terreno vivido se convertia em objeto de medição por uma autoridade que decidia quais documentos valiam. Quem tinha familiaridade

com o novo procedimento podia beneficiar-se da mudança; quem precisava defender uma história que o papel não capturava ficava mais exposto.

Alguns Métis foram excluídos de reparações inicialmente concebidas para sobreviventes das escolas residenciais, segundo o NCTR [14]. Esse fato não é detalhe administrativo irrelevante. Revela como uma categoria usada para reconhecer injustiça pode deixar fora pessoas atingidas quando o Estado define os limites do pedido de desculpas sem acompanhar toda a diversidade de experiências coloniais.

Um livro de todas as Américas precisa resistir à tentação de usar uma identidade indígena genérica para atravessar o continente sem cuidado. Os Métis lembram que identidades políticas podem surgir e se afirmar em histórias de encontro sem deixar de ser indígenas. A complexidade não torna menos reais a apropriação de terras, a violência ou os esforços para assimilar pessoas.

Também aqui a sobrevivência institucional corrige a ideia de desaparecimento. Comunidades Métis continuaram organizando memória e representação política. A capacidade de falar por si no presente não pode ser concedida apenas às nações cuja forma coincide com um modelo antigo imaginado por administradores. A história colonial produziu classificações; os povos precisam poder contar a própria existência para além delas.

Alasca e as ilhas que o mapa separa

O Alasca costuma aparecer como apêndice distante dos Estados Unidos continentais. Suas comunidades indígenas viveram, porém, uma história própria de comércio, missões, soberania imperial e incorporação nacional. A transferência de autoridade da Rússia para os Estados Unidos no século XIX ocorreu entre Estados que tratavam como negociável um território habitado por outros povos. O contrato entre governos não equivalia a uma consulta a cada comunidade afetada.

No arquipélago e nas costas, a vida dependia de conhecimentos de navegação, pesca e ciclos ambientais. Mudanças na demanda comercial e na presença de administradores podiam alterar rapidamente a relação entre habitantes e recursos. Seria incorreto comprimir todas as comunidades do Alasca em uma mesma narrativa de epidemia ou militarização. A região exige estudos próprios; sua inclusão aqui impede que o título “todas as Américas” se limite aos exemplos mais conhecidos.

O mercado por peles podia tornar espécies e trabalho local valiosos para intermediários que operavam muito além do horizonte da aldeia. Ao mesmo tempo, o poder de definir quem podia comerciar, circular e ocupar determinada costa passava por governos imperiais. A distância entre um contrato diplomático e um lugar de pesca mostra como a soberania adquirida no papel precisou ser exercida

sobre pessoas que não haviam vendido suas relações com a terra.

Mais tarde, políticas de escolarização e assimilação também alcançaram crianças indígenas do Alasca. O relatório federal americano de escolas indígenas inclui explicitamente crianças Alaska Native entre os alvos da política [13]. Agrupar essas experiências com as de outras regiões ajuda a reconhecer um programa nacional; analisá-las separadamente evita apagar línguas e histórias locais sob um único rótulo.

As ilhas e territórios insulares também expõem limites da palavra América. Povos nativos do Havaí, por exemplo, fazem parte das investigações federais americanas de internatos, embora sua geografia não integre o continente americano. Esta obra os menciona quando a fonte exige, mas mantém o recorte geográfico do livro nas Américas. Explicar o limite não diminui a gravidade do que viveram; impede que o mapa analítico mude silenciosamente.

Quando uma potência compra uma região de outra, o preço registrado pode parecer medida de valor total. Para os habitantes que não participaram do contrato, ele nada diz sobre parentesco, soberania e continuidade. O Alasca ensina que a transação mais grandiosa de um atlas pode ser, vista de baixo, uma decisão tomada por outros sobre a casa de alguém.

A lei que repartiu o território e repartiu o povo

Em diferentes momentos, políticas americanas procuraram substituir relações coletivas com a terra por lotes individuais. A promessa oficial era converter indígenas em proprietários segundo o padrão valorizado pela maioria branca. O efeito recorrente incluiu perda de terras chamadas excedentes e abertura de partes do território a não indígenas. A linguagem do benefício individual podia funcionar como mecanismo de redução coletiva.

Um lote em nome de uma pessoa não é equivalente ao território que sustenta uma nação. Rotas, áreas de encontro, lugares sagrados e modos de distribuição não se deixam dividir como uma herança entre herdeiros isolados. Ao definir que somente a propriedade individual seria civilizada e segura, o governo colocava o reconhecimento jurídico à condição de que a comunidade renunciasse a parte de seu modo de existir.

A nova regra parecia imparcial: qualquer pessoa teria uma parcela delimitada. Sua aplicação, porém, ocorria depois de séculos de desigualdade militar e política. A regra que exige vender, cercar ou registrar de uma maneira específica favorece quem já domina o mercado e o cartório. Quem não consegue pagar taxas, defender um título ou resistir à especulação acaba diante de uma escolha imposta por necessidades que não criou.

Nesse processo, a riqueza de quem comprava o excedente podia aparecer como fruto legítimo de trabalho e investimento. A análise histórica pergunta o que foi necessário para definir o excedente. Uma terra deixa de ser excedente quando é vista por quem a utiliza como parte da continuidade coletiva. O adjetivo não descrevia um fato físico; resultava de uma decisão sobre quais usos seriam considerados importantes.

As políticas não foram aceitas sem contestação. Lideranças e comunidades apontaram perdas, disputaram interpretações e buscaram conservar governos próprios. A presença de indígenas que aceitaram lotes em circunstâncias específicas não prova aceitação universal do projeto. Estratégias individuais de sobrevivência dentro de um sistema não legitimam automaticamente o sistema que estreitou as opções.

Essa história importa para o presente porque títulos posteriores herdaram os resultados. Um bairro, uma fazenda ou uma empresa podem ter origem documental impecável dentro de uma cadeia jurídica iniciada na expropriação. O problema não se resolve culpando um morador atual por tudo que precedeu sua compra. Tampouco se resolve declarando que o tempo purificou a decisão original. Reconhecer a herança é condição para discutir reparações concretas.

Capítulo 17 Cerimônias crianças e conservação

O Canadá das cerimônias proibidas

Colonizar uma terra envolve mais do que controlar seus limites. Quando autoridades pretendem regular reuniões, trocas de presentes e práticas espirituais, disputam a capacidade de uma comunidade se reconhecer publicamente. No Canadá, a repressão a cerimônias indígenas durante fases do regime do Indian Act mostrou que a assimilação podia ter instrumentos penais e administrativos, além de escolas. A proibição não precisava destruir um povo fisicamente para tentar reduzir sua vida política.

O potlatch, em comunidades da costa noroeste, foi mal compreendido por funcionários que o avaliavam com categorias econômicas estranhas a seu significado local. Encontros e distribuições de bens podiam expressar relações de autoridade, reciprocidade e memória. Defini-los como desperdício ou obstáculo à civilização permitiu que o Estado interviesse onde uma comunidade renovava obrigações entre pessoas e famílias.

Uma cerimônia proibida pode continuar escondida ou ser transformada. A sobrevivência não apaga o custo da clandestinidade. Pessoas precisam calcular riscos ao convidar parentes, ensinar crianças e conservar objetos. O medo de punição entra na estrutura da transmissão cultural. O arquivo estatal talvez registre apenas uma apreensão ou con-

denação; a comunidade vive muitos anos de negociação sobre o que pode mostrar.

Os objetos tomados de cerimônias frequentemente circularam para coleções distantes. A etiqueta do museu pode apresentar como peça de arte aquilo que foi retirado durante uma política de perseguição. Discutir restituição exige conhecer a proveniência, ouvir descendentes e admitir que conservar materialmente um objeto não substitui respeitar a instituição social à qual ele pertencia.

Essa história também esclarece que não havia apenas um método de produzir assimilação. Uma escola afastava crianças; uma lei restringia adultos; a distribuição de terras alterava os recursos com os quais a comunidade podia sustentar celebrações. Cada política tinha seus defensores e sua cronologia, mas suas consequências podiam convergir no enfraquecimento das mesmas redes coletivas.

O fim formal de uma proibição não restitui imediatamente o tempo perdido. Lideranças, artistas e famílias trabalharam para renovar práticas e recuperar objetos. A reconstrução não é um retorno idêntico a um passado congelado. É expressão de autonomia presente, precisamente a capacidade que a proibição tentou suprimir.

Crianças levadas sem internato

O fechamento gradual das escolas residenciais não encerrou a separação de crianças indígenas de suas famílias na América do Norte. Sistemas de adoção e assistência social

passaram a desempenhar papel decisivo. O debate canadense sobre o Sixties Scoop chama atenção para a retirada de numerosas crianças de Primeiras Nações, Inuit e Métis e sua colocação em famílias não indígenas. Uma política pode falar em bem-estar e ainda ignorar quem define o que é uma família segura e o custo de cortar vínculos culturais.

Nem todo caso individual ocorreu sob as mesmas circunstâncias. Crianças podem precisar de proteção real contra abusos, e serviços públicos têm deveres nesse campo. O problema histórico é um padrão em que condições de pobreza produzidas por políticas anteriores são confundidas com incapacidade cultural, e a solução escolhida retira a criança justamente da rede que poderia receber apoio. A decisão aparenta resolver um problema que a sociedade ajudou a fabricar.

A troca de um internato por uma família adotiva não elimina automaticamente a assimetria. Em ambos os casos, a criança pode crescer sem sua língua e sem acesso a parentes que conhecem sua origem. Alguns sobreviventes receberam informações incompletas sobre identidade e tiveram de reconstruir vínculos décadas depois. A demora não mede desinteresse. Mostra a dificuldade de recuperar uma história que instituições dispersaram em arquivos e sobrenomes.

As comunidades também propuseram modos próprios de cuidar de crianças em dificuldade. O cuidado não pre-

cisa escolher entre negligência e ruptura completa com a origem. Pode apoiar parentes e governos indígenas para manter proteção e pertencimento. A possibilidade depende de recursos, autoridade e participação real das pessoas que conhecem as famílias envolvidas.

A lembrança dessa política obriga a olhar para a continuidade entre épocas sem chamá-las de iguais. O missionário do século XIX e o assistente social do século XX trabalhavam em instituições diferentes e podiam acreditar em fins diferentes. Se ambos tinham poder de afastar uma criança indígena sem reconhecer a legitimidade de sua comunidade, o resultado compartilhado merece análise.

Nenhuma cifra de adoções deve substituir as trajetórias individuais nem ser usada sem recorte e fonte. O ponto central é político: a segurança de uma criança não pode ser construída sobre a suposição automática de que ela estará melhor quanto mais longe estiver do povo ao qual pertence.

Florestas nacionais e habitantes antigos

A criação de áreas protegidas é frequentemente apresentada como oposição à exploração. Em alguns lugares protegeu ecossistemas sob ameaça real. Também pode ter sido feita com expulsão ou restrição a comunidades indígenas que participavam do manejo de paisagens há séculos. A contradição exige atenção: uma medida capaz de impedir

desmatamento não se torna justa apenas pelo objetivo ambiental se não reconhece quem já vivia no território.

O mito da natureza intocada ajuda a retirar pessoas do quadro. Quando um parque é anunciado como lugar onde ninguém vivia, práticas de queima controlada, pesca, trilhas e cuidado com plantas desaparecem da história local. O visitante vê a paisagem preservada e pode acreditar que preservação exige ausência humana. O processo de criação da área, com suas negociações e restrições, fica fora da exposição.

Isso não significa que toda prática indígena era ecologicamente perfeita nem que toda área protegida resultou de expulsão. Seria outra idealização. É necessário examinar cada lugar: quais atividades existiam, o que mudou, quem passou a controlar acesso e se comunidades participaram das decisões. A precisão evita que a crítica legítima à exclusão se transforme em regra geral insustentável.

O turismo pode enriquecer concessionários e municípios enquanto famílias antes ligadas ao território precisam comprar ingresso ou pedir autorização para voltar. A paisagem se torna recurso econômico para quem a administra. Alguns povos negociaram participação, coproteção e reconhecimento de nomes; outros continuaram contestando limites. Esses resultados diversos mostram que proteção ambiental e direitos indígenas não precisam ser inimigos naturais.

Em muitos casos, conhecimento indígena é atualmente buscado para restaurar ecossistemas. É preciso cuidado para que a nova valorização não repita a apropriação: pedir técnicas enquanto se nega poder territorial reproduz uma relação antiga sob linguagem ecológica. A comunidade deve poder decidir se compartilha conhecimento, em quais condições e para quais objetivos.

A história da conservação entra neste livro porque a terra tomada nem sempre é entregue a uma mina ou fazenda. Às vezes passa a um museu natural ou a uma administração turística. A pergunta permanece: quem foi tratado como parte viva do lugar e quem foi removido para que outros pudessem descrevê-lo como vazio e belo?

Capítulo 18 Mortos desaparecidos e água

Museus restos humanos e a memória que retorna

Museus norte-americanos reuniram objetos e restos humanos indígenas em contextos de comércio, guerra, coleta científica e apropriação. Cada coleção tem sua proveniência, nem sempre conhecida integralmente. Quando uma instituição afirma guardar o passado de uma comunidade, deve perguntar se recebeu esses materiais com consentimento e como seus descendentes desejam que sejam tratados. Uma caixa bem conservada pode proteger um objeto e, ao mesmo tempo, prolongar uma retirada injusta.

Restos mortais não são equivalentes a instrumentos de pesquisa comuns. As comunidades têm direitos e práticas próprias sobre sepultamento e memória. Legislações de repatriação e negociações com museus abriram caminhos para devolução, mas também revelaram a dificuldade de identificar proveniências apagadas por coletores. Quando a falta de registro decorre de uma coleta negligente, usá-la como razão permanente para negar devolução seria premiar a falha original.

O valor científico de uma coleção pode ser real; não é uma licença ilimitada. Pesquisas sobre demografia, alimentação ou mobilidade devem considerar o modo como materiais foram obtidos e a autoridade das comunidades relacionadas. A disputa não se resolve chamando todos os pesquisadores de inimigos nem tratando todo pedido de retorno como ameaça à ciência. Exige procedimentos em que a produção de conhecimento não exclua a dignidade dos mortos e de seus parentes.

Ao olhar uma vitrine, o visitante também recebe uma narrativa gramatical. “Artefato de um povo desaparecido” sugere extinção; “objeto pertencente a uma comunidade viva, retirado em determinado contexto” apresenta questões de continuidade e posse. A legenda não é cosmética. Ela determina se o público enxerga uma coleção como troféu, patrimônio neutro ou capítulo de uma relação ainda aberta.

Há um trabalho indígena intenso em arquivos, universidades e museus. Pesquisadores e curadores das próprias comunidades estudam materiais, corrigem classificações e decidem como narrá-los. O objetivo não precisa ser fechar museus; pode ser mudar quem possui voz, acesso e decisão em seu interior.

Esta história se liga às mortes porque a apropriação não terminou com a vida de uma pessoa. Corpos, nomes e objetos continuaram a circular sob autoridade alheia. Devolver ou reinterpretar uma coleção não ressuscita ninguém. Pode interromper a afirmação implícita de que até a memória dos mortos pertence aos vencedores.

A menina que falta à lista

Uma investigação de internatos indígenas começa frequentemente em um registro de entrada. Um nome pode estar mal escrito; o nome indígena pode ter sido substituído; a família pode não saber qual instituição recebeu a criança depois de uma transferência. O arquivo administrativo é indispensável, mas seu alcance não coincide com o da vida que pretende registrar. A pergunta mais dura não é só quantas crianças passaram pela escola. É quais não voltaram e como o Estado comunicou ou deixou de comunicar suas mortes.

No Canadá, o National Centre for Truth and Reconciliation mantém trabalho de registro e memória das crianças desaparecidas e dos locais de sepultamento [14]. Nos Esta-

dos Unidos, a investigação federal de escolas indígenas procura documentar instituições e mortes identificadas [13]. Esses trabalhos usam métodos e universos distintos. Seus resultados não devem ser somados sem cuidado, nem apresentados como contagem definitiva antes que todos os registros sejam examinados.

Para uma família, a ausência de certidão não torna menos real uma pessoa. Para uma investigação, a lembrança precisa ser recebida e relacionada a outras evidências sem exigir que cada sobrevivente produza sozinho a prova que uma instituição deixou de guardar. Quando o arquivo escolar é incompleto, a obrigação de esclarecimento recai também sobre quem administrou o sistema e sobre os órgãos que herdaram seus documentos.

O reconhecimento de sepultamentos exige linguagem meticulosa. Uma anomalia de radar não equivale automaticamente a um corpo identificado; um cemitério documentado não significa que cada sepultura tenha sido atribuída a uma criança específica. O cuidado científico protege justamente a seriedade da busca. Não pode ser convertido em argumento para descartar testemunhos sobre escolas que puniam línguas, separavam famílias e registraram crianças mortas.

Há também uma questão de autoridade sobre os resultados. A comunidade ligada à escola deve participar de decisões sobre escavação, divulgação de nomes e destino de restos mortais. Uma reportagem que chega antes de uma

família pode repetir a violência de ser informada por estranhos sobre a vida de uma criança que o Estado levou.

Quando o livro menciona milhares de crianças atingidas, deve recordar que uma lista pode crescer com a pesquisa e mudar com a correção de nomes. A revisão do número não é sinal de fraqueza da investigação. É sinal de que finalmente se está procurando pessoas que antes foram tratadas como dados dispensáveis.

Mulheres desaparecidas no Canadá

A investigação nacional canadense sobre mulheres e meninas indígenas desaparecidas e assassinadas apresentou seu relatório final em 2019, após ouvir familiares, sobreviventes e especialistas [25]. A questão não é um apêndice moderno de um livro dedicado ao século XVI. Políticas territoriais, separação de crianças, discriminação institucional e violência atual podem se combinar de maneiras que a investigação procurou compreender. Cada morte continua sendo um caso específico; o padrão social não deve apagar a responsabilidade de autores individuais.

Uma pessoa desaparecida entra em estatísticas quando alguém recebe a denúncia, registra corretamente sua identidade e investiga. Se famílias são desacreditadas ou obrigadas a insistir para que a procura comece, a falha institucional amplia o risco. A diferença entre atendimento diligente e indiferença não é apenas de tom. Pode alterar a

chance de localizar alguém com vida e de responsabilizar quem praticou o crime.

O relatório incluiu também experiências de pessoas LGBTQ e Two Spirit. Isso lembra que a violência não alcança todas as pessoas da mesma maneira. Uma política de proteção desenhada em categoria estreita pode deixar fora aquelas cujos riscos não foram reconhecidos. As famílias que depuseram não entregaram seus testemunhos para que fossem reduzidos a um número de manchete; pediram mudanças verificáveis.

O tema exige cuidado na atribuição de causa. Não se pode afirmar que cada homicídio atual foi cometido por um proprietário que queria terra. A história colonial, contudo, ajuda a examinar instituições que concedem menor proteção a determinadas pessoas, ambientes onde a expulsão enfraqueceu redes de segurança e estereótipos que tornam denúncias menos urgentes aos olhos do Estado.

Uma pergunta reaparece: quem é considerado digno de ser procurado imediatamente? Governos podem reconhecer violência estrutural em relatórios e continuar a ser avaliados pela resposta concreta à próxima família. A reparação não vive só na linguagem oficial. Vive no policiamento responsável, nos serviços acessíveis e na participação indígena nas decisões.

Incluir essa investigação no final do livro impede que o leitor encerre a história na escola residencial ou no último

tratado. As pessoas cuja segurança está em jogo pertencem ao presente. Uma nação que se orgulha de sua democracia é julgada também pela rapidez com que leva a sério a ausência de uma mulher indígena.

Água e território depois dos grandes massacres

A violência contemporânea em torno de rios e projetos de energia raramente se anuncia como guerra de conquista. Aparece em estudos de impacto, licenças, audiências e decisões de financiamento. Comunidades indígenas podem apoiar certos projetos e rejeitar outros. O que importa é se conhecem riscos, têm oportunidade real de influir antes da decisão e podem fazer valer seus direitos sem sofrer intimidação.

Uma licença ambiental que menciona apenas a área onde será construída uma obra pode não captar o território de pesca, cerimônia ou circulação que depende do rio a jusante. O efeito não termina na cerca do empreendimento. Para certas comunidades, água contaminada ou fluxo alterado muda alimentação e obrigações com lugares ancestralmente ocupados. A unidade de análise precisa acompanhar o caminho da água, não somente o desenho do lote.

Promotores costumam comparar receita prevista e emprego criado com custos financeiros mensuráveis. A comunidade pode apresentar perdas que não cabem em preço de mercado. Isso não prova automaticamente que o projeto deva ser recusado. Prova que um cálculo que exclui esses

valores não é neutro. Foi montado para tornar decisivo o que o investidor consegue contabilizar.

Nos Estados Unidos e Canadá, tratados e direitos indígenas oferecem bases legais para contestar obras. A existência de um instrumento jurídico não garante equilíbrio se a empresa pode financiar anos de litígio enquanto a comunidade reúne recursos para uma única perícia. A distância entre direito escrito e capacidade de defendê-lo foi uma das constantes históricas deste livro. Ela sobrevive em audiências modernas.

Há soluções construídas com participação efetiva, mudanças de traçado e proteção ambiental. Apresentá-las como possíveis impede transformar conflito em destino. A escolha de ignorar uma comunidade é uma escolha, assim como a de ouvi-la cedo e aceitar que sua resposta possa alterar o empreendimento.

O ciclo de apropriação continua quando um recurso se torna valioso e sua extração é tratada como urgência maior que a vida dos habitantes. Não é preciso chamar toda discordância de genocídio para reconhecer o padrão. A pergunta do presente é se as instituições conseguem aprender a interrompê-lo antes de que os danos recebam mais um nome na lista de crimes históricos.

PARTE III MEMÓRIA E REPARAÇÃO

Capítulo 19 Mulheres crianças e o Gran Chaco

Mulheres indígenas e a violência que os números ocultam

Em muitos relatórios históricos, o homem armado é apresentado como protagonista tanto da conquista quanto da resistência. A perspectiva torna invisíveis mulheres que negociaram proteção, defenderam terra, mantiveram redes de alimento e transmitiram línguas em condições de perseguição. Também reduz a violência sofrida por elas a uma nota final, quando o ataque ao corpo de mulheres era frequentemente parte do exercício de poder sobre comunidades.

Os arquivos têm vieses. Um registro de tropas pode nomear comandante e não dizer quem perdeu a capacidade de cuidar de filhos depois de um deslocamento. Uma lista de produção pode informar quantas pessoas trabalharam sem descrever gravidez, separação familiar ou violência sexual. A ausência de uma categoria no documento não é prova de que a experiência não ocorreu. Requer procurar testemunhos e investigações que formularam perguntas diferentes das feitas pela administração colonial.

Nenhuma mulher indígena representa todas as outras. Diferenças de povo, idade, território e posição política impedem uma narrativa única de “a mulher nativa”. Em de-

terminados contextos, mulheres ocupavam autoridades públicas reconhecidas; em outros, exerciam influência por redes familiares e formas de conhecimento pouco legíveis ao funcionário estrangeiro. A colonização podia alterar suas posições sem que a própria sociedade tivesse desejado uma transferência de poder aos recém-chegados.

Há ainda a dimensão do cuidado após massacres e epidemias. Alimentar crianças, encontrar parentes, conservar a memória e reconstruir um espaço de vida são ações históricas, não apenas tarefas privadas. Quando um relato termina no dia do ataque, entrega a sobrevivência a uma margem silenciosa. Quem acompanhou os anos seguintes merece lugar no centro da história.

Violência sexual deve ser narrada com rigor. Sensacionalizar uma agressão pode produzir nova exposição sem acrescentar compreensão. Quando há comissões, testemunhos consentidos ou documentação consistente, a investigação precisa mostrar o padrão e as responsabilidades, preservando o direito das pessoas atingidas à forma de contar. Uma imagem chocante não substitui prova, contexto nem cuidado.

As lideranças indígenas contemporâneas frequentemente recolocam essa questão diante de governos e tribunais. Quem tem o poder de negociar um empreendimento? Quem arca com o custo de água contaminada e deslocamento? Quem é ouvido quando denuncia agressão? A desigualdade de gênero e a violência colonial não são

temas paralelos: encontram-se nas decisões concretas sobre segurança, território e futuro de uma comunidade.

Crianças a guerra contra o amanhã

A conquista de uma comunidade pode ser observada pelo destino de suas crianças. Remoções, internações, adoções coercitivas e proibições linguísticas atingem pessoas que não escolheram negociar com o Estado. Se uma criança perde a possibilidade de crescer com seus parentes e aprender sua língua, a política não alterou só uma matrícula. Interveio no vínculo entre passado e futuro de um povo.

O século XIX e o XX produziram justificativas diferentes para afastar crianças de casa. Falava-se em salvação religiosa, civilização, ensino, proteção ou inclusão. Algumas dessas palavras descreviam necessidades reais de educação e saúde; seu uso político permitia impor uma solução concebida sem a família e sem a comunidade. A pergunta histórica não é se aprender a ler poderia ser útil. É quem decidiu que, para aprender, uma criança deveria deixar de pertencer ao próprio povo.

A fome também atinge gerações de maneira desigual. Uma política que interrompe roças, pesca ou circulação pode matar adultos e deixar crianças vulneráveis durante anos. Quando relatórios incluem apenas baixas imediatas de uma batalha, a consequência prolongada desaparece. Não se deve somar indiscriminadamente todas as mortes posteriores a uma ação sem demonstrar vínculo; tampouco

fingir que a ação acabou no momento em que cessaram os tiros.

Uma criança nascida depois de uma remoção não é vítima do mesmo ato da mesma maneira que seus avós. Pode, contudo, herdar uma terra menor, dificuldade para falar com parentes em uma língua interrompida e instituições de saúde em que a confiança foi abalada. Explicar transmissão de dano não exige imaginar uma herança biológica de sofrimento. Basta acompanhar como decisões sobre território e família continuam a distribuir oportunidades.

Em todos os países, os povos atingidos construíram meios de educação próprios ou disputaram escolas públicas para que reconhecessem línguas e histórias indígenas. A escola não precisa ser instrumento de assimilação; pode ser lugar de fortalecimento se a comunidade tiver poder real sobre o que se ensina e como se cuida das crianças. O mesmo espaço físico pode cumprir projetos políticos opostos.

O público costuma reconhecer como atrocidade uma criança morta em massacre e tolerar como técnica uma criança retirada por regulamento. As duas experiências não são idênticas, mas ambas requerem investigação. A força de um documento administrativo não está em parecer cruel; está em tornar a ruptura rotineira. Para medir seu efeito, é preciso escutar quem teve de viver com ela.

Gran Chaco o território além de três capitais

O Gran Chaco se estende por áreas da Argentina, Bolívia e Paraguai, com pequena parcela brasileira. A região costuma ser narrada a partir de disputas entre Estados e projetos agrários. As comunidades indígenas conhecem continuidades que o mapa nacional corta em linhas. Uma missão das Nações Unidas em 2022 reuniu vozes locais sobre água, educação, idioma e acesso a serviços [21]. Não se trata de documento sobre um massacre específico. Sua importância está em mostrar que a violência territorial também pode ser acompanhada por dificuldades atuais que não cabem em uma cronologia de batalhas.

A expansão de fazendas e atividades extrativas transforma o valor da terra. Uma floresta que serve de alimentação, medicamento e circulação pode ser classificada como área ociosa caso sua produção não entre nos indicadores adotados pelo investidor. A disputa não é entre uso e falta de uso. É entre medidas diferentes de uso e direitos desiguais para definir qual delas prevalecerá.

Quando períodos de seca tornam água escassa, a posição de quem controla uma fonte ganha poder. A mudança climática aumenta a urgência, mas não apaga decisões sobre distribuição e infraestrutura tomadas antes dela. Não se deve explicar toda pobreza ou adoecimento apenas pelo clima. É preciso conhecer políticas de acesso a poços, serviços e território, e escutar as autoridades locais sobre o que as comunidades consideram prioridade.

As línguas cruzam fronteiras e as instituições públicas nem sempre as acompanham. Uma pessoa pode enfrentar distância geográfica e barreira de comunicação para chegar a atendimento médico. O dado administrativo registra um hospital em determinada área; a experiência real inclui tempo de deslocamento, condições de estrada, idioma e confiança. Garantir existência formal de serviço não equivale a garantir acesso.

Os povos do Chaco têm iniciativas econômicas, educacionais e culturais próprias. A ONU registra artesãos, professores e autoridades que articulam soluções diante dos desafios regionais [21]. Uma narrativa que lhes conceda apenas a condição de vulneráveis repete a antiga operação de decidir de fora o que são. Suas propostas devem entrar como política, não como ilustração folclórica.

As fronteiras estatais poderiam servir à cooperação para proteger essas relações antigas. Com frequência dificultam a ação conjunta ou fazem da comunidade uma responsabilidade fragmentada. Perguntar quem lucra com a terra e quem pode cruzar a linha para defender sua vida ajuda a enxergar o mesmo problema sob uma escala continental.

Capítulo 20 Arquivo território e testemunho

O preço atual de uma terra cobijada

Nem toda ameaça contemporânea reproduz a escala da conquista. O que continua reconhecível é a pressão sobre

territórios que concentram água, minérios, madeira e solo valorizado. A violência pode vir de agentes ilegais, interesses econômicos, decisões administrativas ou omissões públicas. Seus autores precisam ser identificados caso a caso. Dizer que todo empreendimento é massacre é tão frágil quanto acreditar que um contrato elimina as relações desiguais de poder.

Uma comunidade cercada por invasores pode perder acesso à caça e à água antes de sofrer um ataque armado. Mercúrio, desmatamento e disseminação de doenças não aparecem na manchete como uma batalha; alteram o tempo inteiro da vida. A morte, nesse quadro, não é a única medida do dano. Perda de território e ameaça aos sistemas de alimentação tornam a continuidade coletiva mais difícil.

O Banco Mundial observou que os povos indígenas correspondem a uma parcela menor da população latino-americana do que sua participação entre pessoas pobres e extremamente pobres [7]. Esse dado não significa que a identidade indígena cause pobreza. Convida a investigar histórias de despossessão e a distribuição atual de educação, saúde, infraestrutura e segurança. Estatísticas sociais medem condições desiguais; não definem a capacidade ou a dignidade de quem foi colocado nelas.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho protege direitos relacionados à terra e aos recursos naturais e estabelece procedimentos de consulta a povos interessados [8]. Seu texto não resolve sozinho conflitos

concretos. A distância entre reconhecer um direito e fazê-lo valer é parte da história que ainda está sendo escrita. Uma consulta tardia, conduzida depois de definido o resultado, não devolve à comunidade a decisão que lhe foi tomada.

Quando comunidades indígenas exigem território, frequentemente são acusadas de atrapalhar o futuro nacional. É curioso como o futuro de um investidor parece ter prazo, urgência e orçamento, enquanto o futuro de um povo pode ser adiado indefinidamente. Essa não é uma incompatibilidade natural entre economia e vida. É uma escolha política sobre quem tem voz suficiente para tornar seu custo visível.

O leitor não precisa aceitar uma imagem sem fissuras das comunidades para reconhecer seus direitos. Povos indígenas são sociedades com divergências internas, projetos distintos e escolhas próprias. Defendê-los não exige idealizá-los como guardiões incapazes de mudança. Exige que possam decidir sobre transformações que afetam sua existência com a mesma seriedade que se concede aos proprietários e aos governos.

Os nomes que a contabilidade não guardou

Documentos coloniais registraram embarques, impostos, lotes, safras e metais. Em muitos casos, quase não registraram as vítimas da ordem que permitiu produzir esses números. A assimetria cria uma impressão falsa de solidez:

sabemos quanto uma operação desejava obter e pouco sobre a pessoa que perdeu a família. O historiador precisa trabalhar com esse arquivo sem confundir a perspectiva do arquivista com a realidade inteira.

Mesmo um testemunho escrito em favor das vítimas pode falar por elas. Las Casas tinha razões próprias para denunciar; Casement escrevia dentro de uma diplomacia imperial; comissões da verdade dependem de escolhas de investigação e das possibilidades de depoimento. Nenhuma dessas fontes deve ser descartada por ser situada. Deve ser lida junto à pergunta sobre quem conseguiu falar, em que língua, perante quem e sob qual risco.

Há também memória que o Estado não tratou como documento: genealogias, nomes de lugares, narrativas orais, práticas de cultivo e caminhos. Reconhecer essas formas de conhecimento não significa dispensar critérios de verificação; significa evitar que o modelo europeu de escritura decida sozinho quais pessoas tiveram passado. A busca por prova deve ampliar o campo da escuta, não reduzir a história ao que a burocracia deixou sobreviver.

Por isso este livro evita inventar a fala de uma vítima específica. Seria fácil construir uma criança imaginária que resumisse toda a dor do continente. Também seria desonesto apresentá-la como testemunho histórico. A literatura pode criar personagens se o projeto for assumidamente ficcional; um relato de não ficção precisa distinguir cena reconstruída, interpretação e documento. As vidas que faltam

ao arquivo não devem ser preenchidas com uma falsa intimidade.

Os números deste volume respondem a universos diferentes. Os aproximadamente 56 milhões estimados até 1600 cobrem todas as Américas; os 8.350 da Comissão Nacional da Verdade referem-se ao levantamento de determinados casos no Brasil da ditadura; os percentuais da comissão guatemalteca pertencem às vítimas e violações que ela documentou. Não se somam essas cifras. Cada uma ilumina uma parte do problema e cada uma carrega incertezas próprias.

Uma história séria sabe dizer “não sei”. Não sabemos o total de mortos de cada povo, nem a motivação íntima de todo participante, nem se uma política aparentemente protetora funcionou em todas as aldeias. Sabemos o suficiente para falar de violência estrutural e de responsabilidades verificáveis. A honestidade sobre o que permanece obscuro torna mais difícil que alguém use o desconhecido para declarar inocência universal.

Como os colonizadores contaram a vitória

A história da conquista foi escrita com abundância por quem sabia que seus textos poderiam justificar propriedade e prestígio. Um comandante explicava a campanha, um funcionário informava a receita, um cartógrafo nomeava a região. A multiplicação de fontes produz uma ilusão: se um lado deixou milhares de páginas, seria o lado com mais

passado. O arquivo, porém, guarda de maneira desigual o poder de registrar.

O vocabulário de “descoberta”, “pacificação” e “vazio” produz efeitos distintos. Descoberta muda o ponto de vista de quem já vivia em um lugar para quem só então o viu. Pacificação apresenta resistência como desordem que a força corrige. Vazio transforma a ausência criada por epidemias e expulsões em condição original da paisagem. Essas palavras podem aparecer em fontes que continuam indispensáveis. Lê-las criticamente não significa apagar o documento; significa perguntar que trabalho político sua escolha de termos fazia.

Até imagens exigem desconfiança. Fotografias de pessoas capturadas podem ter sido produzidas para demonstrar poder estatal; mapas podem indicar propriedade do governo sobre uma região quando o próprio controle era contestado; desenhos de aldeias podem destacar exotismo em vez de moradia. A legenda posterior frequentemente repete a classificação original sem informar as circunstâncias de produção. Um livro que reproduz uma imagem sem crítica pode continuar o gesto de seu primeiro editor.

As vozes indígenas existem em cartas, petições, processos, discursos, relatos orais e instituições contemporâneas. Algumas foram traduzidas por pessoas ligadas ao poder colonial; outras ficaram fora dos depósitos oficiais. Comparar versões e reconhecer lacunas é um trabalho mais cuidadoso do que escolher uma única fonte “autêntica”.

Uma testemunha pode errar um detalhe e ainda ser indispensável para compreender a estrutura de uma experiência.

Também os números precisam ser lidos como frases que alguém construiu. Um relatório conta mortes em combate e talvez não conte quem sucumbiu na viagem forçada. Outro agrega populações regionais com margens enormes. Dizer que toda cifra é inventada seria falso; tratá-la como reflexo transparente da realidade seria ingênuo. A nota metodológica não é burocracia editorial. É parte da honestidade com pessoas que não tiveram uma estatística capaz de registrá-las.

Uma escrita profissional sobre a violência precisa resistir à emoção fácil. Não há mérito em usar dez adjetivos quando um documento mostra quem deu a ordem e quem perdeu a terra. O leitor deve poder sentir o peso do fato e, ao mesmo tempo, localizar a razão para crer nele. A força de uma acusação cresce quando a narrativa deixa ver sua base.

Capítulo 21 Números futuro e reparação

O dado que falta e o morto que não desaparece

Muitas estimativas históricas começam depois da violência, quando sobreviventes já foram deslocados e os registros mais antigos foram produzidos por quem se beneficiava da ocupação. Uma série populacional que cai entre dois censos não explica sozinha cada causa; uma lista de

mortos feita por uma comissão não alcança todas as pessoas cujo nome nunca foi registrado. A incerteza precisa aparecer com clareza, mas não deve servir de esconderijo para uma conclusão de inocência.

As cifras deste livro pertencem a escalas diferentes. Koch e colaboradores estimaram a grande queda da população indígena de todas as Américas após 1492; a Comissão Nacional da Verdade brasileira reuniu casos do período da ditadura; a comissão da Guatemala documentou vítimas em sua investigação de uma guerra interna; o NCTR registra crianças em escolas residenciais. Colocar todos esses números em uma mesma soma produziria uma ficção aritmética.

As taxas também mudam conforme quem se conta como indígena. Um censo moderno pode depender de autodeclaração; um registro antigo pode ter classificado pessoas pela visão de um funcionário colonial. Uma variação estatística pode refletir também mudança de pergunta, idioma, confiança em declarar identidade ou alcance do levantamento. Uma comunidade que aparece em um censo recente não necessariamente surgiu nesse momento.

Há desaparecidos que permanecem na memória de parentes sem constar em registros oficiais. Isso torna a investigação mais difícil, não menos necessária. Pesquisas comunitárias, arquivos locais, listas escolares, testemunhos e identificações forenses podem revelar trajetórias que

grandes séries demográficas não alcançam. Nenhuma delas, isolada, resolve toda a história.

O cuidado com dados implica também não usar imagens de corpos ou relatos de abuso como material de choque sem perguntar por autorização e pertinência. O leitor merece informação verificável; os descendentes merecem que a busca por atenção não se sobreponha à dignidade de seus mortos. A retórica mais forte pode ser uma frase precisa acompanhada do documento que lhe dá sustentação.

Se é necessário admitir que não sabemos o total exato, é igualmente necessário dizer o que sabemos. Governos decretaram remoções, empresas lucraram com territórios ocupados, escolas separaram crianças e comissões registraram crimes. A falta de um contador universal não apagou as assinaturas nos decretos nem a experiência narrada por sobreviventes.

O futuro não precisa repetir a conquista

Há um risco em terminar uma história da morte com uma metáfora bonita de resistência. Povos indígenas não existem para oferecer ao leitor uma lição de esperança depois de séculos de violência. Existem porque continuaram vivendo, construindo instituições, criando filhos, argumentando, inventando alianças e defendendo territórios. O que pedem não cabe na palavra consolo. Exige decisões sobre terra, serviços, proteção e poder.

As reparações não se resumem a indenização individual, embora esta possa importar. Uma comunidade atacada perde condições de transmitir conhecimento e de permanecer unida. Pensar reparação inclui esclarecer fatos, preservar memória, reconhecer formas coletivas de relação com o território e impedir que a vantagem nascida da violência se transforme em direito perpétuo e indiscutível. Cada caso exige escuta dos próprios interessados; ninguém corrige cinco séculos por decreto escrito sem eles.

Museus e livros também têm responsabilidades modestas, mas concretas. Devem abandonar a imagem do indígena como personagem que morre no primeiro capítulo para que uma nação enfim comece. Devem mostrar conflitos internos e alianças sem usar complexidade como desculpa para negar a conquista. Devem explicar que epidemias e violência política interagiram, em vez de escolher uma causa única que absolva os poderosos ou prometa resolver toda a investigação.

A frase “os ricos brancos conseguiram o que queriam” descreve parte real de uma história: terras apropriadas, trabalho imposto e recursos transferidos para quem podia dominar. Não descreve todos os fatos nem todos os agentes. Alguns interesses se frustraram; houve conflitos entre colonizadores; povos indígenas venceram batalhas e defenderam espaços por séculos. Essas distinções não enfraquecem a acusação central. Mostram que a riqueza foi

uma construção disputada, sustentada por instituições que fizeram a vida de certas pessoas valer menos.

O século XXI ainda decide que tipo de herança aceitará. Ao escolher como tratar uma invasão, uma demarcação, uma denúncia de contaminação ou uma consulta territorial, governos e sociedades não discutem um episódio encerrado. Discutem se a facilidade de produzir riqueza para uns continua mais importante do que a existência coletiva de outros. O passado não determina a resposta; esclarece o custo de fingir que a pergunta é nova.

Se este livro puder deixar uma imagem, que não seja a da terra vazia. Que seja a de uma escritura colocada sobre um mapa já habitado. Debaixo do papel havia nomes, caminhos e obrigações recíprocas que ele não registrou. O trabalho histórico é levantar essa folha, reconhecer quem estava lá e perguntar como impedir que a mesma mão a deposite outra vez.

Reparar sem declarar encerrada a história

Reparação pode significar diferentes coisas conforme a perda e a comunidade. Há famílias que querem identificar parentes mortos e conhecer circunstâncias de desaparecimento. Outras lutam pela proteção de um rio, pela devolução de objetos, por educação em língua própria ou pelo reconhecimento de decisões territoriais. Uma política desenhada apenas na capital pode receber o nome de

reparação e continuar retirando das pessoas atingidas o poder de definir prioridades.

O pedido oficial de desculpas possui importância. Ele retira do Estado a possibilidade de dizer que ninguém sabia ou que os fatos foram exclusivamente invenção de críticos. Seu limite aparece quando palavras não alteram a distribuição de terra e os meios de continuar vivendo. Uma cerimônia não consegue por si só reconstruir relações interrompidas. Isso não a torna inútil; exige que esteja ligada a compromissos verificáveis.

Tampouco existe restituição simples capaz de reproduzir exatamente um mundo anterior à colonização. Povos indígenas de hoje possuem projetos modernos, pessoas em cidades, profissionais e divergências internas. Direito territorial não equivale a exigir que alguém permaneça em uma imagem antiga fabricada pelo observador. A pergunta é se uma comunidade tem meios de decidir como combinar continuidade e mudança sem depender da licença de quem a expulsou.

Os Estados ainda têm responsabilidades por documentos que conservaram sob controle exclusivo. Abrir arquivos, apoiar investigações e permitir participação de descendentes são decisões concretas. Há situações em que a proteção da privacidade e a maneira culturalmente adequada de lidar com restos humanos ou testemunhos devem ser definidas com as comunidades, não impostas por cu-

riedade acadêmica. Conhecimento não justifica nova apropriação.

O beneficiário contemporâneo da terra tomada pode perguntar qual é sua obrigação pessoal. A história não precisa reduzir cada pessoa a culpa herdada. Pode mostrar como instituições atuais mantêm vantagens e responsabilidades que não desaparecem quando morre o primeiro agressor. Tribunais, legisladores, escolas e empresas tomam novas decisões sobre a herança. A possibilidade de escolher hoje é justamente a razão para não tratar a violência como destino inevitável.

O objetivo de reparação não é produzir uma sensação confortável de encerramento em quem lê um livro. É ampliar condições de vida e de decisão para quem arca com as consequências. Uma sociedade pode reconhecer o passado e ainda fracassar nesse teste; pode também começar a modificar o que parecia imutável. Em cada caso, a palavra final sobre suficiência não pertence ao autor de um ensaio.

Racismo e lucro no mesmo sistema

O título deste livro põe ricos e poderosos diante da perda de vidas indígenas. Há razões para fazê-lo: metais, terras, trabalho e rotas de comércio mudaram de mãos. Mas nenhum historiador honesto pode deduzir a motivação íntima de todas as pessoas envolvidas apenas do valor de uma fazenda. A violência colonial também foi alimentada por projetos religiosos, objetivos militares, racismo, rivali-

dades entre Estados e a convicção de que uma cultura tinha o direito de substituir outra. O ganho econômico podia atravessar esses projetos sem ser a única frase que os agentes diziam a si mesmos.

Racismo é mais do que o insulto privado de alguém. É uma ordem de expectativas: a notícia de morte de um grupo recebe menos urgência, a prova de sua propriedade é submetida a exigências mais duras, sua língua parece menos adequada à escola, sua autoridade é tratada como costume em vez de governo. Uma instituição pode funcionar dessa maneira mesmo quando seus funcionários declaram simpatia pessoal pelas vítimas. A pergunta histórica passa a ser como a desigualdade foi construída e conservada, não apenas quais indivíduos fizeram comentários ofensivos.

A noção de civilização forneceu uma resposta conveniente à pergunta sobre por que retirar direitos de pessoas. Se o governante considera que uma comunidade só terá futuro ao deixar de ser ela mesma, pode apresentar confinamento, disciplina escolar e proibição de cerimônias como benefícios. A palavra caridade entra na mesma frase que a perda de autonomia. O erro não era simplesmente a hipocrisia de quem sabia estar cometendo um crime. Algumas pessoas acreditavam na missão de assimilação; é justamente essa crença que torna importante examinar as consequências e os direitos de quem nunca a escolheu.

O racismo reduzia também o custo político do empreendimento econômico. Um projeto de estrada ou extração encontra oposição em qualquer sociedade. Se os atingidos são descritos como ocupantes provisórios, incapazes ou ameaçadores, fica mais fácil apresentá-los como obstáculo a ser removido. A associação entre desvalorização racial e interesse material não exige que cada empresário formule uma teoria racial. Basta que possa aproveitar leis e práticas que dão menos peso à recusa indígena.

Nem toda pessoa branca obteve vantagem equivalente. Trabalhadores europeus pobres, soldados sem patrimônio e críticos das políticas coloniais viveram posições diferentes. Nem toda pessoa indígena ocupou a mesma posição social ou tomou a mesma decisão diante de uma invasão. A análise não ganha rigor ao apagar tais diferenças. O que se pode demonstrar é a criação de estruturas em que soberanias europeias e Estados herdeiros ampliaram suas terras e em que propriedade e crédito foram distribuídos de maneira muito desigual.

A função do arquivo é permitir acompanhar essas conexões. Um contrato mostra quem recebeu determinado bem; um relatório militar, como uma campanha foi organizada; uma declaração de sobrevivente, o efeito de uma decisão sobre uma família; uma série demográfica, a escala de uma perda. Nenhum documento oferece sozinho acesso a toda a cadeia. Às vezes o beneficiário é claro e a ordem

de ataque é obscura. Às vezes se conhece a ordem e se exige pesquisa adicional para saber quem ficou com o território. A narrativa deve permanecer proporcional ao que cada conjunto comprova.

Há ainda episódios em que a questão principal não foi acumular dinheiro imediatamente. Uma escola residencial podia ser sustentada pelo Estado com custos elevados para perseguir um ideal nacional de assimilação. Sua existência, contudo, dialogava com a disputa territorial: uma nação indígena cujas crianças deixassem de reconhecer sua cultura seria menos capaz de reivindicar tratados no futuro. A relação entre interesse econômico e programa de governo pode ser indireta sem se tornar imaginária.

O que une casos tão distintos não é uma conspiração única atravessando cinco séculos. É a facilidade repetida com que sociedades escolheram atribuir menor valor à continuidade de povos indígenas quando a conservação dessa continuidade exigiria abrir mão de terra, lucro, autoridade ou de uma história confortável sobre a própria nação. Essa escolha nunca foi inevitável. Houve tratados que poderiam ter sido respeitados, epidemias cujos efeitos poderiam ter sido combatidos com menos coerção, escolas que poderiam ensinar sem separar crianças e obras que poderiam aceitar um não. Essas alternativas tornam as decisões históricas responsáveis pelo que produziram.

Epílogo

Uma escritura pode sobreviver muito mais tempo do que a pessoa que assinou a ordem de expulsão. Depois de algumas gerações, um campo é lembrado pela produção, um bairro pelo crescimento e uma estrada pela facilidade de chegar a algum lugar. As vidas que tornaram essas obras possíveis deixam de aparecer no nome da rua. Não foi apenas violência que se transmitiu entre épocas. Também se transmitiu a capacidade de contar uma história na qual a apropriação parece o começo normal da propriedade.

Ao longo deste livro, a terra vazia mudou de roupa. Foi a ilha supostamente descoberta, o deserto argentino, a fronteira americana, a área a integrar no Brasil, o território que uma empresa queria converter em mercadoria e a paisagem canadense administrada por quem se julgava autorizado a definir o futuro das crianças. Nenhum desses lugares esteve vazio do modo que a palavra sugeria. Cada um continha pessoas com obrigações, parentes, governos e maneiras próprias de lembrar.

A explicação econômica tampouco deve ficar confortável. Dizer que um rico ganhou enquanto indígenas morreram é muitas vezes verdadeiro em termos de estrutura e, em determinados casos, demonstrável por terras, contratos e decisões. Não explica automaticamente o objetivo de cada soldado, missionário, funcionário ou comerciante. A força histórica da acusação cresce quando ela

pode seguir o caminho do benefício: quem recebeu o título, quem comprou o metal, quem financiou o acesso, quem ampliou um rebanho, quem pôde retirar uma criança e declarar esse poder uma ajuda.

Também as palavras morte e extermínio carregam histórias diferentes. Uma epidemia não é o mesmo ato que um massacre; um internato não é uma mina; a remoção de uma família não exige a mesma prova que a conclusão de genocídio por uma comissão. Mas a obrigação de distinguir não pode servir para romper toda ligação entre esses acontecimentos. Há decisões recorrentes que trataram a continuidade indígena como algo negociável diante da riqueza, da segurança ou da identidade nacional de outros.

As pessoas que sobreviveram não precisam agradecer por terem sido incluídas no fim de um livro. Nunca saíram da história. O que muitas vezes perdeu continuidade foi a atenção pública à sua política. Nas Américas há crianças que aprendem línguas de seus avós, professores que discutem currículos, lideranças que recusam invasões e famílias que procuram parentes desaparecidos. São ações do presente, não apêndices de uma tragédia encerrada.

Um leitor pode terminar estas páginas com a pergunta sobre o que lhe cabe fazer. Não há uma única resposta que sirva a todas as nações indígenas. Há práticas mínimas de honestidade: verificar a origem de uma cifra antes de repeti-la; ouvir as comunidades afetadas por uma obra; cobrar que tratados e direitos territoriais tenham valor tam-

bém quando um recurso se torna lucrativo; recusar uma história nacional que começa só depois que seus primeiros habitantes foram retirados do mapa.

Este livro não oferece ao autor a última palavra. Seu trabalho é tornar mais difícil a desculpa de que ninguém sabia. Entre a primeira assinatura colonial e a licença contemporânea, milhões de pessoas decidiram como tratar a vida de quem já estava aqui. Os povos indígenas continuavam a disputar essas decisões. A história que virá depende de qual parte de suas palavras será finalmente levada a sério.

Referências e leitura crítica

[1] KOCH, A. et al. Earth system impacts of the European arrival and Great Dying in the Americas after 1492. Quaternary Science Reviews, 2019. Estimativa demográfica para todas as Américas.

<https://discovery.ucl.ac.uk/10068488/>

[2] CEPAL. Pueblos indígenas como eje de desigualdad. Estimativa regional para 2018.

<https://igualdad.cepal.org/es/eje-de-desigualdad/pueblos-indigenas>

[3] LIBRARY OF CONGRESS. Exploring the Early Americas, Interpreting the Conquest. Acervo e contextualização da Brevísima relación de Las Casas.

<https://www.loc.gov/exhibits/exploring-the-early-americas/interpreting-the-conquest.html>

[4] COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório final, volume II, texto 5, Violações de direitos humanos dos povos indígenas, 2014.

https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/dilma/comissao-nacional-da-verdade-relatorio-volume_ii_2014.pdf/@@download/file/Comiss%C3%A3o-nacional-da-verdade-relatorio-volume_II_2014.pdf

[5] COMISIÓN PARA EL ESCLARECIMIENTO HISTÓRICO. Guatemala Memoria del Silencio, 1999. Versão do relatório da comissão.

<https://hrdag.org/wp-content/uploads/2013/01/CEHreport-english.pdf>

[6] CASEMENT, Roger. Relatório e correspondência sobre os abusos no Putumayo, publicado como documento parlamentar britânico em 1912. Contextualização e registro oficial complementar.

<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1913/d1621>

[7] BANCO MUNDIAL. Latinoamérica indígena, 2023. Indicadores sociais regionais.

<https://www.bancomundial.org/es/brief/2023/08/09/indigenous-latin-america-in-the-twenty-first-century-brief-report-page>

[8] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, 1989.

<https://www.ilo.org/resource/c169-indigenous-and-tribal-peoples-convention-1989>

[9] NATIONAL PARK SERVICE. Fort Buffington and the Trail of Tears. A retirada forçada Cherokee em 1838.

<https://www.nps.gov/places/fort-buffington-trail-of-tears.htm>

[10] GOVERNO DA CALIFÓRNIA. Executive Order N-15-19. Reconhecimento oficial e pedido de desculpas pelas políticas de violência contra indígenas.

<https://www.gov.ca.gov/2019/06/18/governor-newsom-issues-apology-to-native-americans-for-states-historical-wrongdoings-establishes-truth-and-healing-council/>

[11] NATIONAL PARK SERVICE. Sand Creek Massacre National Historic Site. História do massacre de 1864.

<https://www.nps.gov/sand/learn/historyculture/index.htm>

[12] NATIONAL PARK SERVICE. Chronology of the Battle of the Little Bighorn. Registro do massacre de Wounded Knee, 1890.

<https://www.nps.gov/libi/learn/a-chronology-of-the-battle-of-the-little-bighorn.htm>

[13] U.S. DEPARTMENT OF THE INTERIOR. Federal Indian Boarding School Initiative. Relatórios de investigação federal.

<https://www.doi.gov/pressreleases/secretary-haaland-announces-major-milestones-federal-indian-boarding-school>

[14] NATIONAL CENTRE FOR TRUTH AND RECONCILIATION. Residential School History. História e cifras das escolas residenciais canadenses.

<https://nctr.ca/education/residential-school-history/>

[15] BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE. Ocupación militar y colonización de la Araucanía, 1851 a 1883.

<https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-3630.html>

[16] MUSEO ROCA, MINISTERIO DE CULTURA DE ARGENTINA. Con el foco en la frontera, muestra sobre a ocupação pampeano-patagônica e suas consequências.

<https://museoroca.cultura.gob.ar/exhibicion/con-el-foco-en-la-frontera/>

[17] COMISIÓN DE LA VERDAD DE COLOMBIA. Informe Final, volume Pueblos étnicos.

<https://www.comisiondelaverdad.co/pueblos-etnicos>

[18] MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. Informações e boletins da emergência em saúde pública no território Yanomami.

<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/coes/coe-yanomami/informes>

[19] INSTITUTO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA E HISTORIA, México. La barbarie de México, Yaquis en la guerra y deportados, estudo publicado em Noroeste de México.

<https://revistas.inah.gob.mx/index.php/noroestedemexico/article/view/17178>

[20] BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE. Matanza y destierro de la población indígena, documentação da violência contra os Selk nam.

<https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-93345.html>

[21] NAÇÕES UNIDAS NO PARAGUAI. Escuchando las voces del Gran Chaco Americano, 2022.

<https://paraguay.un.org/es/188543-escuchando-las-voces-del-gran-chaco-americano-en-argentina-bolivia-y-paraguay>

[22] COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Xavante de Marãiwatsédé relatam violações, 2013.

<https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/242-xavante-de-maraiwatsede-do-mato-grosso-relatam-violacoes-de-dh-a-cnv.html>

[23] IPEA. Estudo sobre expropriação de terras dos povos Kaiowá e Guaraní no Mato Grosso do Sul.

<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/b210e3d2-a0b8-49c6-804c-0965afc722c3/download>

[24] NATIONAL SECURITY ARCHIVE. Guatemala Project, documentação sobre Operación Sofía.

<https://nsarchive.gwu.edu/project/guatemala-project>

[25] GOVERNO DO CANADÁ. National Inquiry into Missing and Murdered Indigenous Women and Girls, relatório final 2019.

<https://www.canada.ca/en/women-gender-equality/news/2019/06/backgrounder--national-inquiry-into-missing-and-murdered-indigenous-women-and-girls.html>

[26] MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Memorial e ações relativas ao Reformatório Krenak e à reparação coletiva.

<https://justicadetransicao.mpf.mp.br/>

**[27] PARKS CANADA. Battle of Tourond's Coulee
Fish Creek National Historic Site, conflito de 1885.**

<https://parks.canada.ca/lhn-nhs/sk/tourond>

Nota metodológica: as estimativas continentais, os levantamentos nacionais e os registros de comissões investigadoras não são aditivos. Cada fonte responde a um período e a uma pergunta distintos.